

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

YASMINNI PARRA TOMAZ

Conservação Ambiental e Mapeamentos Participativos: Territórios disputados da
Caçandoca e do Sertão da Fazenda - Ubatuba - SP

São Paulo
2017

YASMINNI PARRA TOMAZ

Conservação Ambiental e Mapeamentos Participativos: Territórios disputados da Caçandoca e do Sertão da Fazenda - Ubatuba - SP

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Física

Orientador: Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Tc	<p>Tomaz, Yasminni Conservação Ambiental e Mapeamentos Participativos: Territórios disputados da Caçandoca e do Sertão da Fazenda - Ubatuba - SP / Yasminni Tomaz ; orientadora Sueli Furlan. - São Paulo, 2017. 114 f.</p> <p>TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Física.</p> <p>1. Quilombos. 2. Biogeografia. 3. Geografia física. I. Furlan, Sueli, orient. II. Título.</p>
----	--

Dedico este trabalho aos meus pais por todo amor e apoio que me dão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a meus pais, Adelaide de Fatima Viudes Parra e Mario Sergio Tomaz da Silva, por todo amor que me dão, pela educação e por sempre acreditarem em meus sonhos, esse trabalho é pra vocês.

A minha orientadora Sueli Furlan, por todo estímulo e confiança depositada em mim, por ter me despertado, em suas incríveis aulas, para a temática socioambiental e pelos inúmeros ensinamentos ao longo dessa trajetória, eu sou imensamente grata.

A toda minha família que acompanhou a minha graduação com orgulho, sempre me apoiando, em especial as minhas tias Rose Parra, Paula Tomaz e Laura Parra, minha boadrasta Catarina Rodrigues, meu tio Marcondes e meu primo Guinho que me auxiliou em campo junto com minha mãe.

Aos meu amigos Denise Gomes, Eduardo Oda, Lara Ferreira, Thaise Silva e especialmente a amiga Juliana Foz, encarregada da tarefa preciosa de me ajudar na organização e cobrança do TGI e por sempre te-lo feito com o amor de uma irmã.

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que me acompanharam nestes anos de graduação, as conversas trocadas, os aprendizados em campo e nas aulas. Ao Laboratório de Climatologia e Biogeografia (LCB), sobretudo ao Rogério Rozolen por toda ajuda e conversa disponibilizada ao longo destes anos na graduação.

Gostaria de agradecer ao amigo Caio Olivares por todas as trocas e risadas, que mesmo vindo ao findar do curso, espero levar pra vida a amizade, bem como a dos colegas com o qual eu pude fazer trocas valiosas e tive grande ajuda em campo: Nataly de Gregório, Melannie Pinhatti Schisler, Alex da Silva Dias Américo, Gustavo Pagador, Celina Pedroso, Julio Muller e Wellington Fernandes que possibilitaram sempre novos pontos de vistas e bons momentos.

Ao Carlos Eduardo Faddul Nunes pela imensa paciência que tem e por toda ajuda na finalização desse trabalho, que foi imprescindível, meu muito obrigada.

E aos companheiros do quilombo, com quem eu pude conversar e aprender, este trabalho é pra vocês e espero que possa somar na luta.

Não é sobre chegar no topo do mundo
E saber que venceu
É sobre escalar e sentir
Que o caminho te fortaleceu
É sobre ser abrigo
E também ter morada em outros corações
E assim ter amigos contigo
Em todas as situações

(Trem Bala, Ana Vilela)

RESUMO

TOMAZ, Yasminni Parra. **Conservação Ambiental e Mapeamentos Participativos: Territórios disputados da Caçandoca e do Sertão da Fazenda - Ubatuba - SP.** 2017. 114 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta pesquisa foi realizada nos Quilombos Caçandoca e Fazenda que encontram-se no município de Ubatuba/SP. Os quilombos apresentam contextos específicos. O quilombo Fazenda encontra-se inserido no Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba) e o quilombo Caçandoca não se encontra em área prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000).

O objetivo deste trabalho foi comparar o modo de vida das comunidades tradicionais da Caçandoca e Fazenda relacionando seus saberes e práticas tradicionais com a preservação da Mata Atlântica no seu território, percebendo as peculiaridades e diversidades em relação a base em que se apoiam as comunidades.

O trabalho se apoiou em metodologias provenientes da antropologia como a etnografia, através da história de vida e da observação participante e da geografia os trabalhos de campo e o mapeamento participativo.

A combinação dessas técnicas resultou na conclusão de que as duas comunidades sofrem pressões, com o constrangimento do Parque Estadual e a especulação imobiliária, mesmo que de forma diferenciada e o modo de vida das comunidades vêm sendo alterado, afetando a qualidade de vida dos moradores e comprometendo aspectos da cultura quilombola.

Palavras chaves: Comunidade tradicional; Mapeamento Participativo; PESM; Quilombo Caçandoca; Quilombo Fazenda.

ABSTRACT

Tomaz, Yasminni Parra. **Environmental Conservation and Participatory Mapping: Disputed Territories of the Caçandoca and the Sertão da Fazenda - Ubatuba – SP.** 2017. 114 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This research was carried out in the Quilombos Caçandoca and Fazenda, located in the city of Ubatuba / SP. Quilombos have specific contexts. The quilombo Fazenda is inserted in the Serra do Mar State Park (Picinguaba Core) and the Caçandoca quilombo is not located in an area provided by National System of Units of Conservation (SNUC - Law 9.985 / 2000). The objective of this work was to compare the way of life of the traditional communities of Caçandoca and Fazenda, relating their traditional knowledge and practices with the preservation of the Atlantic Forest in their territory, perceiving the peculiarities and diversities in relation to the base on which the communities are based.

The work was based on methodologies from anthropology such as ethnography, through the life history and participant observation and from the geography fieldwork and participatory mapping. The combination of these techniques resulted in the conclusion that the two communities are under pressure, with the constraint of the State Park and real estate speculation, even though in a differentiated way and the way of life of the communities have been changed, affecting the quality of life of the residents and Compromising aspects of quilombola culture.

Keywords: Traditional Communities; participatory mapping; PESM; Quilombo Caçandoca; Quilombo Fazenda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Foto Histórica de Ubatuba, Barra da Ilha dos Pescadores (1946)	21
Figura 2 - Mapa mental	31
Figura 3 - Segunda Oficina.....	32
Figura 4 - Vivência da ortofoto	33
Figura 5 - Oficina de construção de casa de barro	37
Figura 6 - Procissão Marítima	38
Figura 7 - Validação do Mapa na casa de Farinha	40
Figura 8 - Validação do Mapa participativo.....	40
Figura 9 - Mapeamento participativo na Caçandoca	42
Figura 10 - Praia e Sertão da Fazenda Picinguaba. Foto Aérea.	57
Figura 11 - Ponta Baixa.....	58
Figura 12 - Casa de farinha familiar.....	63
Figura 13 - Agrofloresta	64
Figura 14 - Roça de mandioca.....	65
Figura 15 - Casa da Farinha.....	67
Figura 16 - Quilombo Caçandoca em época de feriado.	76
Figura 17 - Igreja Católica.....	77
Figura 18 - Imagem do santuário com Nossa Senhora de Aparecida.....	78
Figura 19 - Congregação Cristã no Brasil	78
Figura 20 - Festa de Nossa Senhora Aparecida.....	79

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	19
Mapa 2 - Área do Parque Estadual da Serra do Mar	55
Mapa 3 - Zoneamento do PESM	56
Mapa 4 - Mapa do ZEE na Caçandoca	83
Mapa 5 - Mapa de Declividade	86
Mapa 6 - Mapa participativo - Caçandoca.....	89
Mapa 7 - Diferença de limites	90
Mapa 8 - Área do quilombo acordada em 2010	92
Mapa 9 - Mapa Falado – Zoom do Sertão da Fazenda.....	93
Mapa 10 - Mapa Falado – Zoom Ponta Baixa.....	94
Mapa 11 - Mapa Falado.....	95
Mapa 12 - Mapeamento Participativo – Oficina da Ortofoto.....	96
Mapa 13 - Mapeamento participativo e sobreposição do Zoneamento	97
Mapa 14 - Zoneamento do PESM na área do Quilombo.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Trabalhos realizados.....	24
Tabela 2 - Dados demográficos do Quilombo da Fazenda.....	67
Tabela 3 - Quadro de zoneamento conforme o ZEE/2004	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANT	Área Nacional Tombada
APA	Área de Proteção Ambiental
ARCQC	Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo de Caçandoca
ARCQCRSB	Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade
CONAC	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
EE	Estação Ecológica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
FUNDART	Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba
GPS	Global Positioning System
NP	Núcleo Picinguaba
PEIA	Parque Estadual da Ilha Anchieta
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
PN	Parque Nacional
PUT	Plano de Uso Tradicional
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SABACA	Sociedade Amigos do Bairro da Caçandoca
SIGRH	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SIGAP	Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
TGI	Trabalho de Graduação Individual
TRQ	Território Remanescente Quilombola
UC	Unidade de Conservação
USP	Universidade de São Paulo
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

ZOT	Zona de Ocupação Temporária
ZHCA	Zona Histórico Cultural Antropológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA E OS TRABALHOS DE CAMPO.....	19
2.1 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	19
2.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA CLÁSSICOS DA GEOGRAFIA	23
2.1.1 <i>O trabalho de campo na geografia</i>	28
2.3 OS TRABALHOS DE CAMPO	29
3 A CARTOGRAFIA SOCIAL - UM PREÂMBULO.....	43
4 QUILOMBOS E NEGROS NA MATA ATLÂNTICA	46
4.1 HISTÓRICO CONCEITUAL.....	46
4.2 MARCO LEGAL	47
4.3 POVOS TRADICIONAIS E AS FLORESTAS CULTURAIS	49
5 QUILOMBO SERTÃO DA FAZENDA: SER E ESTAR SEM PODER ESTAR: A SITUAÇÃO DE QUILOMBOS EM AREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL.....	57
5.1 CONTEXTO REGIONAL E HISTÓRICO	57
5.2 MODO DE VIDA – ONTEM E HOJE	60
5.2.1 <i>Casa de Farinha</i>	67
5.3 ASPECTOS LEGAIS	68
6 QUILOMBO CAÇANDOCA: SER E ESTAR SEM PODER FICAR: A SITUAÇÃO DO QUILOMBO EM DISPUTAS COM A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM UBATUBA.....	70
6.1 CONTEXTO REGIONAL E HISTÓRICO	70
6.2 MODO DE VIDA – ONTEM E HOJE	75
6.3 PRESSÕES SOBRE A COMUNIDADE	80
7 COMPARANDO SITUAÇÕES DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO	88
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	110
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO REFORMULADO	112
ANEXO A – PLANO SISTEMATIZADOR DO TOMBAMENTO DAS SERRAS DO MAR E PARANAPIACABA - FOLHA CARAGUATATUBA	113

ANEXO B – PLANO SISTEMATIZADOR DO TOMBAMENTO DAS SERRAS DO MAR E PARANAPIACABA - FOLHA ILHA ANCHIETA	114
---	------------

1 INTRODUÇÃO

Conflitos entre a proteção de Florestas tropicais e comunidades tradicionais têm levado a uma discussão sobre as territorialidades envolvidas nas definições de zoneamento de áreas protegidas e outros instrumentos legais. Neste trabalho estudaram-se duas comunidades Quilombolas cujos territórios estão situados em contextos distintos. A comunidade quilombola Sertão da Fazenda localiza-se no Núcleo Picinguaba do PESH, nas imediações da Rodovia Rio-Santos (BR 101), próxima da divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2005, foi reconhecida pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) como comunidade remanescente de quilombo. Em 2014, 48 famílias vivem no quilombo Fazenda, sobrevivendo da agricultura familiar, do manejo sustentável do palmito juçara, da produção da farinha de mandioca e também do turismo.

Outra comunidade quilombola estudada, a da Caçandoca, desde meados do século XIX vive no território que antigamente era uma fazenda de produção de açúcar e aguardente. A partir da década de 1970 a comunidade passa a sofrer com as diversas investidas do setor imobiliário, na forma de grileiros e companhias urbanizadoras, que agem contra a comunidade no sentido de desarticulá-la em um processo de violência e coerção. Desde então há processos de luta em curso para reaver suas terras na justiça, tendo sucessivos processos julgados improcedentes. Em 1988, em meio aos conflitos territoriais foi criada a Associação de Remanescentes da Comunidade do Quilombo da Caçandoca e em 1989 a Sociedade Amigos do Bairro da Caçandoca – SABACA. A associação entrou com pedido junto ao ITESP de regularização e reconhecimento de seu território. No ano de 2000 o ITESP reconheceu a comunidade como remanescente de quilombos.

No mesmo ano, também foi criada a lei 9.985, pelo qual foi estabelecido o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é um conjunto de tipologias de unidades de conservação, composta por 12 categorias que se diferenciam quanto a forma de proteção e usos permitidos. O Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977, é uma área de proteção integral e tem como objetivo, segundo o seu Plano de manejo (SMA, 2006), a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico.

Na setorização¹ do plano de manejo do parque foi criada a Zona Histórico-Cultural Antropológica que tem alguns objetivos específicos visando garantir o fortalecimento das comunidades caiçaras e quilombolas, a satisfação das suas necessidades materiais, sociais e culturais e no estudo para alteração da categoria dessas áreas que passariam parte ou o todo para área de uso sustentável.

Por outro lado a Comunidade Quilombola da Caçandoca também vive pressões em seu território. Neste caso a peculiaridade é que a comunidade não está inserida em área protegida pelo SNUC, no entanto também se submete a especulação imobiliária e outros instrumentos legais que regem o seu território, como pode ser visto no capítulo seis.

Este estudo teve como objetivo relacionar os saberes tradicionais e práticas de conservação da biodiversidade na Mata Atlântica nos territórios quilombolas, tentando compreender o quanto as relações entre as comunidades tradicionais e as unidades de conservação podem se desenvolver de forma satisfatória para ambos, pois apesar da limitação que a unidade de conservação promove ela também protege a comunidade das pressões de atividades econômicas abrangentes e particularmente da especulação imobiliária. Por isso é interessante estabelecer uma comparação com a comunidade quilombola da Caçandoca que tem muitas restrições ambientais em decorrência da nossa legislação ambiental, mas não está inserida em nenhuma unidade de conservação e sofre a pressão da especulação imobiliária por causa da beleza cênica de suas praias e trilhas e do valor monetário dos territórios e da urbanização turística.

A organização da monografia inicia-se com o texto sobre “Os caminhos da pesquisa e os trabalhos de campo” onde são descritos os procedimentos utilizados na pesquisa documental e de campo e na cartografia participativa.

Em seguida um capítulo sobre a cartografia participativa e suas bases conceituais, “A cartografia Social – Um preâmbulo” em que retoma-se seu histórico e faz-se a discussão com alguns autores deste conteúdo.

Posteriormente, o capítulo sobre a Situação Quilombola, “Quilombos e negros na Mata Atlântica” trata sobre os quilombos de uma forma geral e as disputas territoriais que enfrentam sobretudo em áreas protegidas.

¹ Planos de manejo organizam a gestão da Unidade de Conservação. Essa gestão é feita a partir de um zoneamento. Esse zoneamento defini as possibilidades de uso. Setorização se refere a esse zoneamento.

Nos dois capítulos seguintes, são apresentados os quilombos da Fazenda e da Caçandoca, separadamente, em que são abordados o histórico das comunidades, suas situações geográficas com os exercícios de mapeamento e os resultados deste.

No penúltimo capítulo, são comparadas as situações de mapeamento participativo das comunidades a luz das entrevistas e dos outros trabalhos de campo.

Por fim, no ultimo capítulo são feitas as considerações finais a respeito desta pesquisa.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA E OS TRABALHOS DE CAMPO

2.1 Caracterização Regional

A área de estudo desta pesquisa se localiza no litoral norte² do Estado de São Paulo. O litoral norte abrange quatro municípios, pertencentes à microrregião de Caraguatatuba, são elas: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Segundo o IBGE³, a população estimada dessa região em 2016 era de 319.511 mil habitantes, sendo que destes, 87.364 pertencem ao município de Ubatuba, local da pesquisa. Isto sem contar a população flutuante em épocas como férias de verão e feriados, que pode chegar a dobrar, sobrecarregando os serviços públicos e recursos naturais. Estas cidades fazem parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVPLN, criada em 09/01/2012 através da lei complementar 1166. A RMVPLN (Mapa 01) é composta por 39 municípios agrupados em cinco sub-regiões e conta com uma população estimada em 2,4 milhões de habitantes.

Mapa 1 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>

O município de Ubatuba é limítrofe aos municípios de Caraguatatuba, Natividade da Serra, São Luís do Paraitinga e Cunha no estado de São Paulo e Paraty, na divisa com o estado do Rio de Janeiro. As distâncias de Ubatuba entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são de 224 km e 320 km, respectivamente. As rodovias que passam pela cidade são a

² Lembar que geograficamente Ubatuba é um litoral a nordeste do Estado. Mas neste trabalho vamos usar o termo coloquial difundido em quase todas as publicações pesquisadas.

³ Dados disponíveis em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=EN>

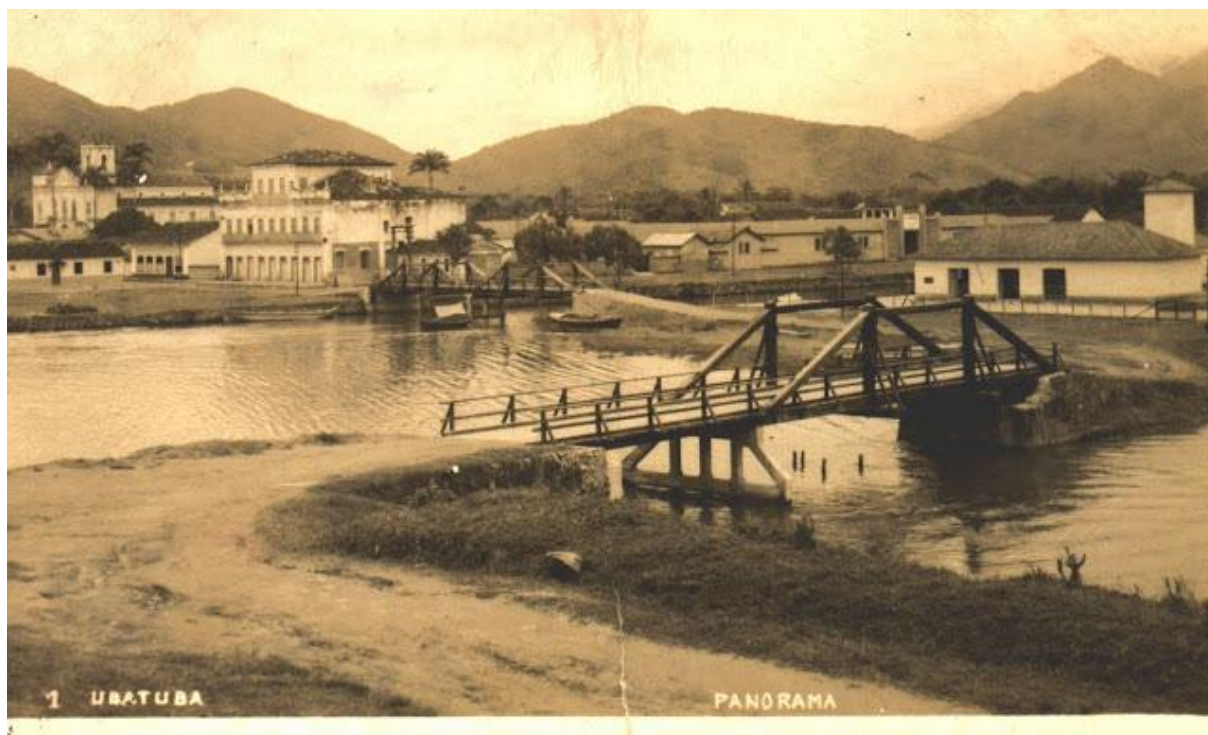
SP – 55 (Guaruja- Ubatuba), SP 125 (Taubaté – Ubatuba) e BR – 101(Rio – Santos). A cidade de Ubatuba é caracterizada pela extensa faixa litorânea relativamente estreita, cerca de 100 km que acompanha o maciço da Serra do Mar.

A história do município de Ubatuba remete ao século XVI, a região era ocupada pelos índios Tupinambás até a chegada dos portugueses e franceses que tentaram tomar posse da região, tentando fazer com que os indígenas se tornassem seus escravos. Data deste período a revolta conhecida como “Confederação dos Tamoios”⁴, na qual os índios se revoltaram contra esta tentativa de serem escravizados num levante contra os portugueses e posteriormente franceses. A revolta acabou quando os portugueses passaram a considerar que seria muito difícil tentar escravizar os indígenas e passaram a escravizar povos provenientes de países africanos. Após este período houve um crescimento econômico na região, quando Ubatuba foi alçada a vila em 1637, sua situação econômica era próspera graças à atividade portuária. Contudo, com a proibição, em 1787 de que a exportação fosse feita em outro Porto, que não o de Santos, a economia da região entrou em declínio. Durante o ciclo do ouro que teve seu auge no século XVIII, o litoral norte passou a se concentrar na produção de açúcar e aguardente para abastecimento das regiões que se desenvolviam com o ouro no Brasil, como Minas Gerais. Com a inauguração da Rodovia dos Tamoios em 1938⁵, da inauguração do Porto de São Sebastião em 1955 e a construção da BR-101 na década de 70 ocorreu um grande influxo de pessoas que vinham para a região (Figura 1), através do impulso ao turismo e as construções das casas de segunda residência voltadas ao veraneio, além das pessoas que vieram trabalhar no porto de São Sebastião ou em atividades ligadas a ele. (COSTA, 2016, p. 3-4; MARCHETTI, 2009, p. 14; MINAS, 2015, p. 24-28; LITORAL SUSTENTÁVEL, 2013, p.6; SARTORELLO, 2010, p. 18)

⁴ Um interessante trabalho sobre a resistência social Tupinambá é o Livro “ A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá” de Florestan Fernandes.

⁵ A Rodovia dos Tamoios começou suas obras em 1932, foi inaugurada em 1938 e pavimentada em 1957, segundo <http://concessionariatamoios.com.br/a-rodovia/historia#prettyPhoto>

Figura 1- Foto Histórica de Ubatuba, Barra da Ilha dos Pescadores (1946)



Disponível em: http://ubatubense.blogspot.com.br/2011_09_01_archive.html

Esse contingente de pessoas que passa a viver nas cidades do litoral norte ou a frequentar por razões turísticas é percebido e incentivado pelo capital imobiliário e passa a gerar um processo cada vez maior de especulação imobiliária, levando a mudanças na paisagem e a pressões sobre o modo de vida de comunidades Caiçaras. Interessante ressaltar a nova significação que a praia e o sol ganham nas décadas de 1960 em diante em relação a atrair para o litoral as pessoas para o turismo e assim desejar uma casa na praia. Nas décadas recentes o setor de serviços e comércio tem uma participação maior na economia do município, isto se deve principalmente a nova vocação turística do município e de preservação ambiental a partir de 1970, pois cerca de 80% de sua área esta dentro do Parque Estadual da Serra do Mar (SIGRH, 2015, p.31), abrigando o segundo maior remanescente de Mata Atlântica do Brasil, sobretudo por se tratar de área de serra.

No litoral norte existem cerca de 19 unidades de conservação de uso sustentável e integral e outras áreas protegidas previstas no SIGAP, 2014⁶ No Município de Ubatuba são 8 áreas protegidas, PN da Serra da Bocaina, PESM, PEIA, EE Tupinambás, RPPN Morro do

⁶ <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60302-27.03.2014.html>

Curussu Mirim, ANT Serra do Mar e Paranapiacaba, ANT Ilhas do Litoral Paulista, ANT Núcleo Caiçara de Picinguaba e a APA Marinha do Litoral Norte⁷.

Da miscigenação de povos indígenas, negros e colonizadores portugueses, holandeses e franceses resultaram nos caiçaras, sujeitos que vivem ao longo do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro e que tem um modo de vida diferenciado das outras populações, com base principalmente na pesca artesanal, na pequena agricultura, na coleta e que mantém uma forte ligação com a natureza, particularmente num extenso e rico conhecimento êmico sobre o mar e o tempo meteorológico, baseando suas atividades nos ciclos naturais como o da lua. As populações caiçaras “se distinguem das “caipiras”, de “serra-acima” (planalto), por basearem sua subsistência num complexo calendário de atividades socioeconômicas e culturais ligadas à Mata Atlântica e ao litoral”. (Diegues, 2005, p. 87).

De acordo com a classificação climática de Köppen, o clima em Ubatuba é do tipo “A”, Tropical. Caracterizado por ausência de estação invernal, forte precipitação anual, temperatura média do mês mais frio do ano superior a 18°. A precipitação média anual gira em torno de 2600 mm, com chuvas principalmente orográficas, favorecendo o desenvolvimento da Mata Atlântica. O clima é “controlado por massas equatoriais e tropicais, com clima úmido das costas expostas à massa tropical atlântica, sujeitas a uma menor participação das massas polares. Está cerca de 30 a 40% menos sujeita às invasões de frio.” (SMA, 2006, p. 46)

A geomorfologia da região enquadra-se segundo Ross (1997) na unidade de Escarpas da Serra do Mar e Morros Litorâneos que se estendem desde o Planalto da Bocaina até o Vale Ribeira de Iguape, este domínio “consiste em uma faixa de encostas com vertentes abruptas que margeiam o Planalto Atlântico, de direção predominante nordeste-sudoeste” (SMA, 2006, p.47). A declividade predominante do relevo é superior a 40% e as altitudes variam entre 20m e 1000m. (ROSS, 1997 apud SARTORELLO, 2010, p. 15)

A Mata Atlântica se estende do norte ao sul do País, ela é formada pelo seguinte conjunto de formações florestais: Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual, Ombrófila Aberta, restingas, manguezais, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste⁸. Atualmente, sua porção mais

⁷ Lista organizada pelo Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Litoral Norte 2015 - Dados 2014, disponível em: http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/ckfinder/files/03-LN%20-%20Relatorio_Situacao_ano_base_2014.pdf

⁸ Com base na lei Nº 11.428, de 22/12/2006 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm

conservada encontra-se junto às áreas montanhosas, que ao longo dos anos foram menos ocupadas pela população, gerando uma conservação maior. Atualmente faz-se um esforço de conservação das florestas tropicais através da implantação de unidades de conservação, em vista da importância significativa dessas em termos de biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos⁹, pois só em espécies endêmicas são mais de oito mil espécies identificadas.

É importante lembrar que boa parte dessas florestas estão conservadas pelo modo de vida de povos tradicionais como os caiçaras, quilombolas e indígenas.

As comunidades Caçandoca e Sertão da Fazenda estão localizadas na zona rural do município de Ubatuba. Integram, geograficamente, a área das bacias hidrográficas do Rio Tabatinga e do Rio Maranduba/Arariba (Quilombo Caçandoca) e do Rio Fazenda/Bicas (Quilombo Fazenda).

O Rio Fazenda é o principal curso d'água que atravessa o território quilombola do Sertão da Fazenda e ele é muito importante para a história e modo de vida da comunidade.

2.2 Procedimentos de pesquisa Clássicos da Geografia

A geografia é uma ciência que faz uso de muitas técnicas no seu desenvolvimento, muitas de domínio próprio da geografia e algumas emprestadas de outras ciências como a antropologia.

Esta pesquisa se desenvolveu a partir de procedimentos metodológicos usuais de pesquisa científica em Geografia em diálogo com outros campos do conhecimento. O trabalho de campo foi central como método. Antes de ir a campo, no entanto, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de estabelecer um panorama da situação das comunidades e verificar os estudos anteriormente feitos sobre elas. Foram consultadas as bases disponíveis na internet, como o banco de teses e revistas acadêmicas, assim como em relatórios técnicos dos órgãos gestores responsáveis pelas políticas territoriais. Esse levantamento também foi feito em vídeos, notícias de jornais, na biblioteca de Ubatuba e nas redes sociais, além de consulta a bases cartográficas dos municípios e mapas temáticos. Foram realizados fichamentos e resumos da maior parte das obras e avaliação dos dados coletados e seleção das informações relevantes com o objetivo de criar uma base teórica conceitual para fundamentar a pesquisa.

⁹ Consideramos a visão que incorpora o valor da cultura como Serviço Ecossistêmico. http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/Eco-systems%20goods%20and%20Services/Ecosystem_PT.pdf

Sobre a comunidade do Sertão da Fazenda foram encontrados um maior volume de materiais disponíveis e pesquisas sobre a região e o quilombo, já sobre a comunidade Caçandoca existem menos informações disponíveis nas bases pesquisadas.

Com o apoio da pesquisa bibliográfica, foram realizados quatro trabalhos de campo (Tabela 1). O primeiro trabalho de campo foi realizado como atividade prática da disciplina Cartografia Ambiental (FLG 0545) oferecida pelo Departamento de Geografia da FFLCH – USP e o último como monitoria da mesma disciplina.

Tabela 1- Trabalhos realizados

Campos	Datas	Financiamento	Quilombos visitados
1	2014	USP/disciplina	Sertão da Fazenda
2	2015	Próprio	Caçandoca/Sertão da Fazenda
3	2015	Próprio	Caçandoca
4	2016	USP/disciplina	Caçandoca/Sertão da Fazenda

Organização: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Considerando que a cartografia trabalha com os princípios metodológicos Clássicos da Geografia. Neste trabalho visitamos as definições destes princípios geográficos:

- **O princípio da extensão**, concebido por Friedrich Ratzel (1844-1904), ele diz que é necessária a delimitação do fato, localizando – o no planeta. Este trabalho localiza os fenômenos estudados.
- **O princípio da analogia**, exposto por Karl Ritter (1779-1859) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918) falam da necessidade de se comparar fatos ou áreas estudadas para que possa perceber as semelhanças e diferenças. É o que este trabalho se propõe a fazer em seus objetivos, comparando situações de mapeamento participativo e comunidades.
- **O princípio da causalidade**, proposto por Alexander von Humboldt (1769-1859), que busca as causas de cada situação ou fato. Na medida em que este trabalho é desenvolvido podemos perceber as causas dos fenômenos envolvidos ou as buscamos na pesquisa.
- **O princípio da conexidade ou interação**, formulado por Jean Brunhes (1869-1930) diz que os fatos se inter-relacionam, não são isolados. Em relação as comunidades quilombolas, muitas vezes as pressões que um TRQ passa em uma área protegida são semelhantes as que outro TRQ passa em outra área protegida.

- **O princípio da atividade**, formulado também por Brunhes, afirma que o conhecimento histórico do fato deve ser conhecido pois muitas vezes estes são dinâmicos. Na pesquisa, é importante ter o panorama histórico para melhor compreensão das questões quilombolas.

Os métodos de abordagem de comunidades sujeito de pesquisas socioambientais requerem uma série de aprendizagens. Não é simples dialogar sobre questões do modo de ser, viver e trabalhar das pessoas. Em Geografia uma série de métodos vem sendo utilizados, apoiados em estudos etnográficos, como descrito por Magnani, em que se busca Olhar de Perto e de Dentro na procura de padrões que possam estabelecer um modelo mais geral (MAGNANI, 2002, p.15).

A etnografia reúne metodologias de pesquisa qualitativa da antropologia que busca descrever uma cultura e se utiliza de duas técnicas principalmente: Fontes orais e a Observação participante na tentativa de entender diferentes modos de vida, feita sempre em campo, utilizando o diário de campo.

As fontes orais possibilitam trazer o pesquisado como sujeito ativo e construtor da sua história através de seu testemunho, dando destaque e visibilidade a voz de grupos e pessoas que muitas vezes não se fariam ouvidos. Ao fazer uso deste método etnográfico faz-se necessário a observação dos detalhes, não só a fala, mas também a linguagem usada, as entonações, pausas, os movimentos do corpo, os olhares, pois estes muitas vezes revelam mais do que o texto oralizado. As fontes orais são conhecidas, sobretudo através de entrevistas ou em espaços coletivos de debate. O pesquisador deve estar preparado antes de ouvir o seu informante, informando-se antecipadamente “sobre o contexto cultural, histórico, social, geográfico dele para que o momento da entrevista seja produtivo e não haja questionamentos desnecessários”. (CASTELLANO et al, 2011, p. 11)

A observação participante tem por finalidade “desvendar todas as dimensões da vida em comunidade” (MARCOS, 2006, P. 107), compreendendo suas origens, sua organização, seus problemas e conflitos. (MARCOS, 2006, P. 107). A pesquisa participante deve ser feita no tempo necessário para que se compreenda o modo de vida, desta forma “a pesquisa de campo estaria concluída quando o significado de alguns conceitos-chaves nativos pudesse ser determinado” (PEIRANO, 1992, p. 5 apud CASTELLANO et al, 2011, p.6). Segundo Marcos (2006, p. 112) para que uma pesquisa participante seja bem sucedida o pesquisador deverá integrar-se a comunidade, tornando-se “invisível”, não no sentido de ser como eles, mas sim aceito, em um estágio em que

sua presença não “incomoda” mais, que as coisas não deixam mais de ser ditas ou feitas porque ele está por perto. Paciência, mas sobretudo honestidade, são os requisitos fundamentais na construção desta aceitação. (MARCOS, 2006, p. 112)

Desta forma, ganhando a confiança dos sujeitos da pesquisa, garante-se que os depoimentos, que são à base da observação participante, sejam “verdadeiros”.

Após a leitura de textos sobre métodos etnográficos delineou-se os procedimentos de campo. Em uma pesquisa, para envolver os saberes dos sujeitos locais, deve existir o cuidado na hora de se apresentar a comunidade e envolver-se com suas questões. A autorização dos sujeitos e os diálogos são construídos com cuidado e é essencial para ganhar a confiança dos moradores e estabelecer uma parceria. O pesquisador deve informar seus objetivos e para isso é necessário, muitas vezes, vários campos para que os objetivos da pesquisa sejam plenamente compreendidos e re-elaborados para serem alcançados, numa pesquisa engajada.

No primeiro campo fomos apresentados a comunidade através de um monitor da comunidade. No segundo trabalho de campo, na comunidade do Quilombo Caçandoca a oportunidade de campo coincidiu com uma reunião agendada por eles de toda a comunidade com representantes do INCRA e a presidente da CONAC. Não havia programado uma interlocução para uma reunião sobre este assunto, mas fui convidada a me apresentar e a apresentar os objetivos da minha pesquisa. O primeiro contato foi espontâneo com o morador da comunidade¹⁰. Este me convidou para participar da reunião. Conforme Valladares, 2007, o pesquisador “não é esperado pelo grupo, desconhecendo muitas vezes as teias de relações que marcam a hierarquia de poder e a estrutura social local.” Apresentar-se, portanto é o primeiro passo de vários para que a pesquisa possa ser estabelecida da melhor forma possível. Na comunidade da Caçandoca foi possível estabelecer um informante-chave (NUNES, 2003), moradores da comunidade, que me auxiliaram a estabelecer o contato com outros moradores e me puseram a par das questões da comunidade. O informante chave normalmente é uma liderança local que abre as portas da comunidade, apresentando os moradores, indicando com quem conversar e ainda pode-se estabelecer uma troca muito valiosa de informações. Foote-Whyte descreve bem esta relação em:

A princípio ele era apenas um informante chave e também meu protetor. Na medida em que passamos mais tempo juntos parei de tratá-lo como um informante passivo.

¹⁰ Os nomes reais dos interlocutores não serão identificados. Caso haja autorização dos mesmos poderão ser citados em publicações.

Discutia com ele francamente o que estava tentando fazer, que problemas me confundiam e assim por diante (...) Na verdade, sem ter qualquer treino, era um observador a tal ponto perspicaz, que bastava um pequeno estímulo para ajudá-lo a tornar explícito muito da dinâmica da organização social de Cornerville. Algumas interpretações que fiz são mais dele do que minhas ainda que agora seja impossível distingui-las. (FOOTE- WHYTE, 1980, p.80 *apud* NUNES, 2003, p. 14).

É importante considerar que o informante chave, como muitas vezes é uma liderança, normalmente tem uma posição política dentro da comunidade e pode não ser uma unanimidade, então na medida que ele pode facilitar o contato, também pode afastar algumas pessoas. Deve-se evitar que a pesquisa seja enviesada pelo olhar do informante. Nestes casos, há de se tomar um cuidado metodológico maior, como no caso da Caçandoca, em que ocorria um processo turbulento nas disputas eleitorais pelo comando da Associação, que teriam que ser refeitas por um erro na questão do estatuto da associação e na publicação das eleições.

Na comunidade do Sertão da Fazenda, como se tem vários processos burocráticos para pesquisar, não se estabeleceu um informante chave. O mais próximo disso foram as conversas e orientações do líder espiritual e figura respeitada na comunidade.

Em campo, primeiramente foram realizados questionários estruturados previamente que tinham como intuito realizar um censo da população das comunidades, pra que se pudesse ter uma visão geral das comunidades estudadas. As perguntas diziam respeito a nome, idade, religião, quantidade de moradores na casa, idade dos moradores da casa, se os moradores trabalham fora e onde, qual a fonte de renda da família, o que planta na roça, que técnicas de cultivo usam entre outras questões.

Os questionários (apêndice A e B) foram testados primeiro no quilombo Sertão da Fazenda e foi percebido que era longo demais e tinha questões mais complexas que, com certeza, precisavam ser mais objetivas. Também seria necessária uma relação de confiança estabelecida, na medida em que muitas vezes não adianta alterar a forma de fazer as questões se não foi desenvolvida esta relação, pois muitas comunidades fecham-se a pesquisas ou respondem de forma padronizada, como uma forma de defesa diante de outros pesquisadores que passaram por lá e desenvolveram seus questionários, sem oferecer nenhuma devolutiva nem uma explicação para a comunidade dos seus objetivos. Desta forma é preciso mudar e reconsiderar as práticas enquanto pesquisador. (MARCOS, 2006, P. 114). Foram organizadas entrevistas semi-estruturadas que tratassem de questões importantes para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado, enquanto que nos questionários estruturados o objetivo foi atingir o maior número de pessoas, pelo menos um por moradia. Nesta etapa o importante não é a

quantidade de pessoas validando uma informação, mas sim a qualidade da resposta. “(...) Neste método de pesquisa, a quantidade é substituída pela profundidade, ou seja, importa mais analisar uma questão a fundo e sob diferentes pontos de vista, em toda sua complexidade, do que quantificar pessoas, animais, edificações etc.” (BECKER, 1994 *apud* NUNES, 2003, p.9). Quando da realização dos questionários e entrevistas, uma questão que se colocou foi a do uso do gravador. Optei por usá-lo quando os entrevistados permitissem pela possibilidade de transcrição, por não se perder nenhum fato e poder recorrer a uma análise aprofundada posteriormente, podendo perceber pausas, silêncios e também pra que no momento da entrevista ela pudesse ser mais fluida, sem as interrupções das muitas anotações que se tem que fazer quando não é gravado. Também é preciso considerar que muitos moradores ficam acuados diante do uso do gravador e não falam tudo o que poderiam falar. As informações trazidas pelos questionários foram incorporadas ao texto na medida em que os assuntos iam se relacionando, também estão presentes nos depoimentos de moradores.

2.1.1 O trabalho de campo na geografia

Um estudo de campo muitas vezes é melhor do que uma aula, pois proporciona perceber nas minúcias de uma fala, na entonação, na pausa de uma pergunta, muito mais informações sobre o que se pretende estudar do que se pode dar em um curso. Da leitura do Boletim Paulista (2006) que procurou organizar uma série de textos sobre o trabalho de campo em Geografia, procurou-se destacar aspectos que ajudaram no planejamento da pesquisa nas comunidades.

Observar e perceber os detalhes em um trabalho de campo é muito importante para quem vai a campo, mas só observar não é suficiente. Esta observação deve ser feita a luz de uma teoria geográfica, “sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos.” (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57). Também não se deve dividir a geografia e separá-la em relação aos aspectos físicos e humanos, mas sim olhar para a totalidade, não se esquecendo das singularidades de cada lugar (SERPO, 2006, p. 10). Para o geógrafo o trabalho de campo tem a função de gerar os dados primários de uma pesquisa e confirmar/refutar as hipóteses de trabalho. Kayser (2006, p.99) aponta o que considera como importante para que se faça uma boa análise da sociedade em campo: primeiramente a identificação dos problemas e conflitos, sobretudo através de andanças, pondo-se a conversar com as pessoas; o conhecimento sobre a história do lugar, buscado em bibliografias, mas sobretudo na “memória individual e coletiva”(2006, p.99); na

realização de questionários para que os dados possam ser sistematizados, fazendo uso das teorias acadêmicas.

Para além da produção do conhecimento geográfico através do trabalho de campo e das reflexões desenvolvidas posteriormente, é importante ressaltar a responsabilidade que o pesquisador tem em relação aos sujeitos e territórios que estuda pois os dados que cria a luz das teorias muitas vezes são utilizados pelos mais diversos fins, podendo financiar outros projetos de governos e empresas que acabem por impactar na população estudada, sendo necessário o retorno das pesquisas e dos dados para as pessoas que elas dizem respeito.

Lacoste, 2006, [1977] p. 77).

Trabalhos de pesquisa que enfrentam a situação de disputas territoriais de comunidades tradicionais tem buscado métodos que possam reaproximar a Geografia de situações empíricas. Para ela, em campo deve-se utilizar instrumentos manuais e simples que possam ser manuseados pela comunidade de forma que ela possa fazer seus registros. (PIRRÓ, 2010, p. 70) Para que o estudo de campo se estabeleça é necessário as apresentações iniciais e do objetivo da pesquisa. Pirró fala da necessidade de se ter um foco em campo, coletando as informações que serão necessárias para a pesquisa, para que posteriormente não sejam perdidas e sejam fáceis de serem analisadas, mas sem esquecer de sempre rever e adaptar a pesquisa de acordo com o que acontece em campo, refletindo sobre seu trabalho. (PIRRÓ, 2010, p. 73)

O trabalho de campo como um método exige do pesquisador uma serie de providencias acadêmicas (perspectiva teórica, conceitual, procedimentos), além de clareza de objetivos e conhecimento prévio da questão que o motiva a pesquisar de perto e por dentro. Neste sentido os campos projetados neste estudo, procuraram confluir os pensamentos geográficos e antropológicos. Não é simples nem fácil!

2.3 Os trabalhos de campo

A narrativa das situações de campo se dará na primeira pessoa em forma de diário, buscando ser o mais fidedigno possível com os acontecimentos.

- **Primeiro Trabalho de Campo**

O primeiro trabalho de campo foi realizado entre os dias de 12, 13 e 14 de dezembro de 2014 na disciplina Cartografia Ambiental (FLG0545). Foi elaborado um projeto junto a

disciplina, com enfoque no mapeamento participativo com a comunidade quilombola Sertão da Fazenda. Em campo foram realizadas quatro oficinas de mapeamento: a oficina do mapa falado, do desenho sob ortofoto da região, do desenho de legenda e do GPS. No primeiro dia de trabalho de campo eu e meu grupo¹¹ tivemos a primeira experiência com a comunidade na visita à Casa de Farinha, localizada no Quilombo Sertão da Fazenda, em uma situação de centralidade da comunidade e que tem como ponto central a roda d'água que é utilizada para confeccionar a farinha de mandioca, atividade agrícola remanescente dos indígenas, cujo conhecimento mesclou-se com dos negros escravizados e colonizadores que viveram nesta parte da Serra do Mar. Esse contato preliminar foi acompanhado por um monitor do parque também quilombola. Neste encontro colhemos dados gerais como: as famílias que deram origem ao quilombo, as experiências de reconhecimento do quilombo pelo parque, a organização dos moradores e suas estratégias de articulação política, formas atuais de representação, e, em especial, como atualmente se dá a geração de renda para os moradores. No segundo dia em campo fomos apresentados nas casas junto com o monitor da comunidade que nos acompanhava, propondo uma conversa e a atividade de mapeamento participativo acompanhados de uma gentileza e cuidado, um café que preparamos para o momento. Percorremos todas as casas fazendo o convite para as oficinas que aconteceriam após o almoço na Casa de Farinha. Na hora acertada cerca de cinco moradores da comunidade se encontravam no local para a realização das oficinas, a princípio nosso grupo achou o número pequeno. A expectativa era que fossem mais pessoas mas no decorrer das oficinas percebeu-se que o grupo fluiu muito bem e todas as oficinas puderam ser realizadas de forma plenamente satisfatória. Talvez, condicionados pela enorme aglomeração que vivemos no mundo urbano, esperássemos que muitos moradores estivessem disponíveis.

A primeira oficina foi a do mapa falado/mental. O mapa mental, inicialmente, tem no diálogo a principal forma de explorar o conhecimento que as pessoas, no caso os moradores do quilombo, tem sobre o espaço geográfico e sua organização. Esse caráter subjetivo é intrínseco ao trabalho e o seu resultado reflete, via de regra, o olhar que essas pessoas possuem sobre o seu território, não raro às vezes até carregado de valoração dos fenômenos que estão representados.

O mapa mental tem como proposta estimular os participantes a indicarem de forma livre, mesmo que no chão (Figura 2) ou numa mesa, sua moradia, seus espaços de trabalho, as

¹¹ O grupo foi composto pelos colegas de disciplina Julio Mueller e Celina Pedroso e o monitor da disciplina, Wellington Fernandes.

referências que lhe são importantes e, particularmente, promover a interação do grupo na construção e representação dos fenômenos de seu território.

Figura 2 - Mapa mental



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2014)

Na experiência em questão percebemos a seguinte indicação dos objetos:

1. As moradias das pessoas que estavam presentes nesta oficina, de seus familiares e outras que fossem também significativas;
2. Os espaços representativos da sua comunidade como: casa de farinha, escola, igreja, o **Jatobá**, os rios, etc.;
3. Os locais de roça e que, de certa forma, resgatam a identidade da comunidade;
4. As obras que foram introduzidas pelo poder público, criando novos arranjos ou alterando os espaços de produção, ex. a estrada.

O resultado foi um desenho detalhado e representativo do Quilombo da Fazenda e das peças fundamentais para seus moradores, considerando grande similaridade com a realidade no que se refere à distância e localização.

Esta experiência nos rendeu uma ação complementar bastante prazerosa, pois fazia parte do grupo de moradores um garoto de menos de oito anos que se dispôs a construir legendas para as indicações que seus familiares estavam produzindo, ou seja, desenhou com papel, canetinha e lápis de cor, casas, igrejas, estrada e outros fenômenos, tornando particularmente enriquecedora esta experiência.

Tal representação pode ser vista com mais detalhes nas fotos que foram captadas durante a oficina.

A segunda oficina consistiu na vivência da ortofoto (Figura 3). O grupo achou por bem produzir, ainda em gabinete, uma ortofoto da região de forma que poderíamos transpor com eles as informações levantadas a partir do mapa falado.

Figura 3 - Segunda Oficina



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2014)

Foi disponibilizado o mapa de trabalho com o overlay e as canetas de retroprojektor bem como álcool para que pudessem apagar caso desejassem. No processo foi possível notar uma certa reticência da comunidade em rabiscar o mapa, que para eles parece um instrumento oficial e de poder, então levou-se um tempo para desmistificar esta ideia e empodera-los na ação (Figura 4).

Figura 4 - Vivência da ortofoto



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2014)

Apesar da pouca familiaridade com este documento de alto valor tecnológico, nossos companheiros de jornada se localizaram bem, indicando rapidamente o rio Fazenda, indicado no mapa mental. Junto com os apontamentos das áreas os moradores foram nos contando algumas histórias da comunidade como a da área que se tornou alagável pós-construção da estrada BR-101, as áreas importantes pra comunidade em recursos acessíveis tanto antes como agora, como por exemplo a área de extração de recursos cotidianos da comunidade, a área central da comunidade, a área de pesca marinha, área de pesca e extração do mangue e a área inundável a cada quatro anos.

Esta experiência comprovou nossa impressão sobre a qualidade do registro que os moradores conseguiram obter da primeira vivência e ainda acrescentar mais informação através da contextualização dos fatos mapeados na oficina.

A terceira oficina foi a do GPS onde de posse dos dados identificados pelos moradores, o grupo percorreu o Quilombo da Fazenda com GPS e máquina fotográfica, cuja finalidade era de registrá-los para fins de complementação do trabalho de campo e uso no mapa final. Essa oficina foi acompanhada pelo monitor do parque.

O trabalho de mapeamento participativo deve ser composto de um mapa como produto e que deve ser validado pela comunidade. Esta é uma etapa muito importante e foi feita posteriormente no campo 04.

Paralelamente as oficinas de mapeamento participativo, havia um grupo da disciplina de biogeografia (FLG 0356) que estava estudando a comunidade e dentro de seus planos, a realização de um questionário. Foi proposta uma parceria em que eles aplicassem os questionários desenvolvidos por mim no TGI e que cada um pudesse abordar da sua forma os resultados. Além deles, contei com a ajuda da integrante¹² do grupo de pesquisa Paisagens e territorialidades na serra do Mar, do qual fazemos parte. No ultimo dia em campo, pude ajudar também na aplicação dos questionários e conversar mais com outros moradores, o que foi uma experiência muito enriquecedora e me colocou em contato com várias visões sobre a comunidade estar ou não inserida dentro do parque bem como a não adequação do questionário que eu tinha feito que se mostrou muito extenso e em alguns casos gerou confusão por não se entender o que propunha, isto foi notado na análise das respostas dos moradores e também pois algumas questões demandavam uma aproximação maior com a comunidade e na forma de abordagem dos moradores. Serviu como experiência e como ponto de partida. No próximo campo foi realizado um roteiro de questões bem menores, na forma de uma entrevista semi estruturada para que a conversa não fosse prejudicada e pudesse fluir mais.

Segundo Trabalho de Campo

O segundo trabalho de campo foi realizado entre os dias 5, 6 e 7 de julho de 2015 e foi visitado os quilombos Sertão da Fazenda e Caçandoca. Através de pesquisas nas redes sociais e jornais online foi possível o contato com o então vice presidente da associação na época, que deu as primeiras informações a respeito do quilombo. Foi combinada a ida ao quilombo acompanhado de sua presença tanto para nos mostrar o caminho quanto para nos apresentar a comunidade. Este trabalho de campo contou com o apoio¹³ familiar, que se dispuseram a me acompanhar e a ajudar com os questionários. No dia combinado, nos encontramos com nosso informante chave no Bairro da Maranduba, como o pneu de sua moto havia furado, nosso primeiro contato inicial foi no posto, onde, enquanto aguardávamos o conserto, ele pode esclarecer duvidas e nos por a par de algumas questões do quilombo Caçandoca. Na ida ao quilombo pudemos notar as dificuldades de acesso em decorrência das condições da estrada de terra e de serra. No dia em questão a comunidade tinha uma reunião agendada com o INCRA e com a presidente da CONAC.

¹² A amiga Natalí de Gregório.

¹³ As pessoas que me acompanham nesse campo foram minha mãe, Adelaide e meu primo Vitor Hugo.

Eu fui convidada a me apresentar e a apresentar minha pesquisa na reunião. A representante do INCRA fez uma apresentação em que mostrava um esboço do PUT com vários mapas delimitando seu território em que podiam construir casas, roças, sobrepondo as leis florestais, com a divisão em zonas como a Z1, que se encontra em uma área mais restrita em que se pode ocupar 10% da área, as Z3 em que se pode ocupar 30% da área, a área da marinha. Também foi conversado que o INCRA não intermediaria mais na construção de casas. O INCRA, de forma inadequada, tinha nomeado a área anterior como assentamento e tinha prometido os benefícios que o governo consegue desta forma, Nilce explicou que eles não se enquadram em assentados pois muitos são funcionários públicos e tem casa. Foram feitos alguns cadastramentos para que se chegasse no numero adequado de famílias do quilombo. No decorrer da reunião pude conversar com uma senhora que não mora atualmente na comunidade, mas cresceu e viveu lá até ser expulsa pelos grileiros na década de 70, foi uma conversa muito interessante e importante pelo relato de uma moradora tão antiga sobre esse passado não tão distante e tão triste. Enquanto a reunião acontecia, minha mãe e meu primo se encarregaram de conversar com as pessoas que se encontravam por ali, no entre e sai da reunião. Foram realizados alguns questionários, já adequados (Apêndice B) de acordo com a experiência do primeiro campo. Houve todo um cuidado ao explicar as perguntas aos questionadores para que se familiarizassem com o instrumento mas ainda foi possível encontrar falhas na escuta do áudio das entrevistas, como por exemplo algumas perguntas que vinham acompanhadas de semi respostas ou com comentário da resposta de outros como por exemplo: “Ele não caça e o senhor?”. Apesar das questões que se põe, os 11 questionários serviram para dar um panorama geral sobre a comunidade. A presidente da CONAC, expos na sua fala a necessidade da comunidade se organizar e estar sempre dentro da lei. Na data em questão a comunidade passava pelo cancelamento da eleição para a associação por problemas na publicação do edital no jornal por isso a diretoria estava sem alcance jurídico. Desta forma foi recomendada que a comunidade tivesse uma comissão estatuinte composta pelas duas chapas concorrentes na eleição passada e para rever e alterar o estatuto da associação com base na alteração do código civil de 2013 e o novo cadastramento das famílias da comunidade, fazendo levantamento de quem é da comunidade, agregados e terceiros em um período de dois meses e propondo um incentivo a mobilização como quilombola.

Estava preparado o mapa de trabalho para realização das oficinas de mapeamento participativo e apesar da quantidade grande de pessoas participando da reunião, não achei que fosse adequado fazer-lo naquele momento pois foram apresentados muitos mapas pelo representante do INCRA com as delimitações do território, eu achei que poderia ocorrer uma

sobreposição desnecessária e uma exaltação dos fenômenos apresentados no mapa. Após a reunião sentamos para conversar com dois moradores, ambos de chapa contrária na eleição, foi interessante ouvir o posicionamento de ambos frente as questões da comunidade e é interessante notar que sendo o informante chave uma liderança local, sempre se pode ser um risco para a pesquisa, então deve-se ter o cuidado de sempre ver todos os lados (Nunes, 2003 p.14). Depois da conversa fomos conhecer a parte central do quilombo e a praia para depois retornarmos no bairro da Maranduba onde estávamos hospedados. Na parte da noite fomos até a residência de uma moradora no bairro da Maranduba, ela, a época, era presidente da associação dos remanescentes do quilombo Caçandoca (ARCQC). Na reunião pude me situar melhor sobre os acontecimentos do dia e levantar novas informações a respeito da comunidade. No dia seguinte, uma segunda feira o informante chave não poderia nos acompanhar e disse que pela dinâmica da maior parte da comunidade trabalhar fora, pela proximidade com o bairro e com Caraguatatuba, provavelmente encontraríamos muitas casas fechadas.

Na segunda nos organizamos através da secretaria do PESM – Picinguaba e agendamos um guia para a visita na terça. A segunda ficou reservada para conhecer as comunidades do ponto de vista institucional, fomos à secretaria de Turismo nos informar sobre as comunidades, pegamos folders e ouvimos histórias sobre as festas tradicionais caiçaras e quilombolas. Depois fomos à biblioteca de Ubatuba procurar nas partes de história da cidade em jornais e livros que citassem os quilombos e populações tradicionais de Ubatuba, conseguimos vários materiais que foram xerocados/fotografados para serem lidos depois. O dia ainda incluiu uma visita à sede da FUNDART e ao Memorial Ciccillo Matarazzo, onde não foram encontradas informações sobre os quilombos.

No terceiro dia de campo fomos até a casa de visitantes do núcleo Picinguaba na praia da Fazenda a fim de pagar e conhecermos nosso guia, um jovem da comunidade. Fomos até o quilombo e como não tínhamos autorização para entrevistar as pessoas em suas casas, o guia foi nos apresentando a comunidade pelo ponto de vista dado ao turista. Fomos primeiro a casa de farinha principal, onde ele ensinou todo o funcionamento e processo da produção de farinha. Depois ficamos um tempo conversando sobre as questões da comunidade. Ainda na casa de farinha podemos conversar com o seu Zé Pedro novamente, o seu Zé Pedro é uma das pessoas mais antigas da comunidade e esta sempre pela casa de farinha conversando com os turistas, vendendo alguns produtos como farinha, banana, mel, seu livro (Eu tenho o meu sonho – A sabedoria e os causos do seu Zé Pedro, mestre quilombola da casa de farinha de Ubatuba SP) e cd (Eu tenho o meu sonho). Ele sempre conta as ricas histórias da comunidade

para quem quiser ouvir. Após esse dedo de prosa com o Seu Zé Pedro, o guia nos levou para mostrar a cachoeira e depois fomos conhecer uma casa de farinha menor, de produção familiar, onde pudemos ver as diferenças de produção. Também conhecemos as estruturas institucionais como a escola (desativada) de primeiro grau e o telecentro da comunidade antes de dar o dia como encerrado.

Terceiro Trabalho de Campo

O terceiro campo foi realizado no quilombo Caçandoca e se deu entre os dias 10, 11 e 12 de outubro de 2015 e se deu de forma diferente dos outros campos. Ele veio como um convite do informante chave para o feriado que tinha toda uma programação pra receber os turistas de São Paulo. Além de mim saiu de São Paulo um ônibus com destino ao quilombo, ficamos todos hospedados em barracas no camping na comunidade e o valor pago incluía o almoço na barraca da dona Maria. No primeiro dia ocorreu a recepção aos campistas e após o delicioso almoço de frango com mandioca, ocorreu a ação coletiva do barreado. Nesta ação aprendi um pouco sobre a construção das casas da forma tradicional e sobre como é o processo: Deve-se tirar a terra do morro com a enxada, molhar pra fazer o barro e amassa-lo (Figura 5) para então preencher os vãos livres entre as madeiras. Na parte da noite teve o forró tradicional do seu Alonso ao vivo na barraca, momento de distração e diversão.

Figura 5 - Oficina de construção de casa de barro



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

No dia seguinte o dia começou com a ida a praia para fotografar, já arrumada para a trilha pela comunidade, acompanhados de um morador da comunidade que foi contando ao grupo a sua história e apresentando os pontos turísticos dela. O almoço do dia foi um delicioso peixe com camarão acompanhado de forro com seu Zé Paraíba. O restante do dia foi livre.

O terceiro e mais importante dia era dia do feriado de Nossa Senhora Aparecida, na primeira parte da manhã ocorreu a procissão Marítima (Figura 6) que trouxe a moradora

Figura 6 - Procissão Marítima



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

carregando a Imagem de Nossa Senhora Aparecida e por terra uma carreata de motocicletas que trouxeram outra imagem de Nossa Senhora e o padre. Depois ocorreu a missa Afro e o casamento de membros da comunidade, em uma cerimônia à beira do mar acompanhada por moradores do quilombo, agregados e turistas que tinham ido passar o dia na praia. Foi uma missa repleta de cantos muito bonitos. Após a missa teve apresentação do Maracatu Itaomi e

Odé da Mata e uma roda aberta de capoeira. Isto já devia ser em torno de três horas da tarde, tendo que retornar para São Paulo, almocei e me despedi para seguir viagem. Este campo foi o mais diferente de todos pois estava ali como observadora, participante e turista e a impressão que eu tive antes de ir de que as atividades seriam organizadas pelo quilombo de uma maneira geral não se concretizou, elas foram organizadas por uma família do quilombo como atividade independente e somente as atividades do dia 12 envolviam o restante da comunidade em práticas coletivas.

Como a comunidade da Caçandoca é muito dependente do turismo e foi um feriado prolongado, que tinha muita gente de fora pelo quilombo, não foi possível conversar muito com os moradores, visto que estavam trabalhando e não era fácil reconhecê-los em meio a multidão que explora as belezas cênicas do quilombo Caçandoca nem reuni-los para a realização da oficina de mapeamento participativo ainda em aberto.

Quarto Trabalho de Campo

O quarto campo foi realizado entre os dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2016 nas duas comunidades estudadas. Eu iria a campo junto com a disciplina de cartografia ambiental para fazer o mapeamento participativo do quilombo Caçandoca, ainda não realizado. Fiquei sabendo que um grupo se interessava pelo mapeamento participativo e tinha a intenção de fazê-lo no quilombo Sertão da Fazenda. Fui convidada a monitorá-los e na orientação, convidei-os a unir esforços comigo para realização do mapeamento participativo no Quilombo Caçandoca. Eles toparam e assim preparamos as oficinas. O grupo era composto por três integrantes¹⁴

No primeiro dia em campo como tínhamos somente a tarde fomos até o quilombo Sertão da Fazenda para validar o mapa feito nas oficinas do primeiro trabalho de campo. Dentre as cinco pessoas que participaram da primeira oficina foi possível validá-lo com duas, um dos líderes da comunidade, que achou que o mapa estava muito bom e pediu para que fizéssemos um pra colocar na casa da Farinha e o seu filho, que foi nosso monitor no primeiro campo e também participou das oficinas de mapeamento, ele também validou o mapa e lembrou das divisões que fizeram (Figura 7).

¹⁴ Os integrantes do grupo são os colegas: Alex Da Silva Dias Américo, Gustavo Pagador e Mel Schisler.

Figura 7 - Validação do Mapa na casa de Farinha



Fonte: Alex Dias da Silva Américo (2016)

Ele também pediu para que deixássemos um mapa pra comunidade. Junto com ele sua mãe também viu o mapa e o aprovou, mesmo não tendo participado da oficina. Conversando com um antigo guarda da comunidade que se encontrava na casa de Farinha, ele nos orientou a mostrar o mapa para o novo vice-presidente da Associação (Figura 8).

Figura 8 - Validação do Mapa participativo



Fonte: Alex Dias da Silva Américo (2016)

Fomos até sua casa e comentamos da oficina, ele se mostrou muito interessado, comentou sobre a história atual da comunidade conosco e na validação do mapa, disse que seria interessante demarcar no mapa a cota 80. Também pediu que enviássemos a ele o mapa quando estivesse pronto.

No segundo dia em campo fomos de ônibus até o começo da estrada do quilombo Caçandoca com a BR 101 e seguimos a pé até a comunidade, no meio do caminho conseguimos uma carona muito providencial devido a distância e subida até lá. Na semana anterior avisei a um morador da nossa intenção de fazer o mapeamento participativo na comunidade, ele tinha ficado de avisar na reunião da associação mas em decorrência dos compromissos assumidos houve falha de comunicação. Quando chegamos a comunidade ninguém estava sabendo e ainda fomos informados que aconteceria uma reunião mais tarde entre uma parte dos moradores, mesmo com algumas pessoas da comunidade não sabendo da reunião. Quando fomos recebidos pelo informante, ele nos propôs falar com um dos líderes mais antigos da comunidade e que poderia auxiliar no mapeamento quando ele retornasse do saco da Raposa onde tinha ido buscar banana. Nesse meio tempo o morador levou-nos a um passeio pela comunidade até a praia do Saco da Raposa, a travessia foi feita pelo costão rochoso em meio as rochas soltas e úmidas, com as ondas batendo, dignas de uma boa aventura, enquanto isto o morador já estava bem adiantado enquanto nós íamos bem devagar. Durante esta trilha pudemos ir conversando sobre as questões da comunidade. Quando retornamos, enquanto aguardávamos a liderança, podemos nos refrescar com um banho de mar delicioso. Após este momento subimos e ficamos mais um tempo esperando o seu Antonio chegar, por volta das 15h. Quando ele veio nós nos apresentamos e apresentamos nossos objetivos com o mapeamento. Diferentemente da oficina no quilombo Sertão da Fazenda, pudemos notar uma grande facilidade com o mapa de trabalho com a ortofoto (Figura 9), o morador se localizou prontamente no mapa e localizou todos os pontos que considerava importantes, como as praias, a área atual da comunidade, a área grilada, a antiga estrada para Caraguatatuba, o condomínio Costa Verde e as demais áreas consideradas importantes por ele.

Figura 9 - Mapeamento participativo na Caçandoca



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2016)

Enquanto demarcava as áreas ele ia nos contando um pouco da história da comunidade e assim continuou durante o almoço na casa do morador informante. Por volta de 18h40 com uma leve garoa resolvemos retornar a estrada pois o caminho é longo e o ônibus nos buscava.

Como tinha somente uma pessoa na atividade de mapeamento participativo, tivemos que nos adaptar e ir direto a oficina do mapa de trabalho com a ortofoto, não sendo possível realizar o mapa falado. A experiência com o morador, por ele ser um dos líderes do quilombo foi muito rica, mas novas ideias teriam agregado também. No dia seguinte pelo tempo que se leva indo ao quilombo (cerca de duas horas de BR 101 mais a trilha pela estrada de terra) e o pouco tempo disponível não foi possível retornar ao quilombo, onde iríamos percorrer com o gps mapeando os pontos. O Sr. Nei, em nome da comunidade disse que seria muito interessante que pudéssemos fazer todas as oficinas com a comunidade, principalmente mapeando os pontos com o GPS, que seria de grande valia para o quilombo. Acredito que é interessante abrir um projeto de extensão da USP de mapeamento participativo no quilombo para que se possa territorializar as informações da comunidade que possui tantos litígios.

3 A CARTOGRAFIA SOCIAL - UM PREÂMBULO

Os mapas segundo Chapin (2006) sempre foram usados como instrumento político. Por exemplo, na época da Partilha da África pelos europeus, usou-se um mapa para divisão territorial do continente e esta, como se sabe, não foi feita levando-se em consideração as territorialidades já existentes com base nos inúmeros povos tribais que já existiam com suas culturas e modos de vida diferenciados. A produção dos mapas por longo tempo ficou sob o controle dos governos, ficando conhecida como “*la ciencia de los principes*” (CHAPIN, 2006, p.2). Os mapas normalmente são representativos da ideia oficial (dos dominadores, do estado, do poder governamental) sobre os espaços, “elaborados para facilitar e legitimar a conquista” (ACSELRAD, 2008, p.9), consolidando o poder político pois eles normatizam a ideia hegemônica, tornando inquestionável um discurso (FERNANDES, 2013, p. 13) tal como expõe Silva e Kaercher (2005, p.177)

Os mapas, por exemplo, podem ser vistos, como indica Bourdieu, como instrumentos que asseguram a supremacia de uma classe sobre a outra e, principalmente, normatizando uma visão do Brasil para aqueles que não detêm o poder. (*apud* FERNANDES, p.13)

Neste contexto, nas décadas de 1960 e 1970 surgiu no Canadá e no Alasca a Cartografia Social, a partir de uma perspectiva crítica para os mapas (FERNANDES, 2013, p. 18) e a partir da década de 1990 em outras regiões. De acordo com Souza, 2016, p.15

A cartografia Social, como um campo de conhecimento originário da Geografia, de seus métodos e de suas intervenções na realidade, reconhece e busca apreender a diferentes territorialidades que expressam a forma como os grupos humanos produzem o espaço e dão significado às relações espaciais que criam em seu dia-a-dia.

Para Fernandes (2013, p. 24), é possível que esses mapeamentos já ocorressem antes do que aponta a bibliografia, pois territórios indígenas devem ser determinados a partir de informações dos próprios sobre seu território, é possível pensar também

nos mapas primitivos como produto elaborado pelos próprios mapeados, entendemos que o mapeamento participativo surge junto dos primeiros intentos cartográficos, mas nesse caso ausentes de método. (FERNANDES, 2013, pp. 24-25)

A cartografia social tem uma função social na medida em que concebe em um mapa a representação territorial de um determinado setor da sociedade, expressando suas relações espaciais e estimulando “o protagonismo dos atores locais a partir da elaboração coletiva de mapas que permitam a estes articular seus saberes em favor de interesses comunitários e agir sobre seu território.” (SOUZA, 2016, p.15-16), podendo desta forma auxiliar na gestão do seu território e nos conselhos participativos que versam sobre seu território, principalmente no caso da comunidade quilombola Sertão da Fazenda, que se encontra dentro do PESM. Há também um pensamento de que esses novos mapas sociais sejam designados como participativos, pois a rigor todo o mapa, seja ele hegemônico ou não é, em si, social.

Os mapas participativos são na atualidade muito utilizados em territórios indígenas, comunidades quilombolas e comunidades periféricas em áreas urbanas com o objetivo de empoderá-las através do conhecimento e reconhecimento do seu território, buscando dar-lhes uma representação territorial que lhes é própria e não a imposta pelo Estado, evidenciando muitas vezes uma outra “verdade” que é diferente da imposta, principalmente enquanto aos limites de um território.

O mapeamento participativo é uma metodologia que “pode vir a revelar a voz de grupos que buscam questionar o *status quo*” (FERNANDES, 2013, p. 19). Para que o mapeamento participativo aconteça, segundo Chapin (2006) existem alguns princípios que devem ser seguidos: deve primeiro ocorrer uma preparação do terreno, visitando a comunidade e expondo a seus membros o projeto, tirando suas dúvidas e conversando; informar ao governo a metodologia, a utilidade numa gestão participativa e como funciona para que ele não crie problemas e reconheça o mapeamento participativo depois de concluído; tentar conseguir cartógrafos do governo, porque muitas vezes os mapas bases e as imagens de satélites só são acessíveis pelo governo e a presença de alguém do governo nas atividades gera credibilidade ao mapa, diminuindo as chances de serem rechaçados posteriormente pelo mesmo; Na elaboração do mapa final, todos os detalhes como legenda, escalas, layout final dos mapas devem ser bem definidos para que seja representativo para comunidade.

O mapa representa a validação de uma ideia, normalmente criada pelo estado, representa suas concepções políticas e seus interesses. “O mapa, talvez a referência central da geografia, é, e tem sido, fundamentalmente um instrumento de poder.” (LACOSTE, 1973 *apud* FERNANDES, 2013). Fazer com que a comunidade tenha acesso à produção de seus próprios mapas lhe dá meios para subsidiar suas lutas pelo território. Por isso é de extrema

importância a utilização de ferramentas como o mapeamento participativo e projetos como o da Nova Cartografia Social na Amazônia que instrumentalizam as comunidades.

São muitas as técnicas¹⁵ de mapeamento participativo que podem ser aplicadas de acordo com o público alvo e os recursos disponíveis.

¹⁵ FERNANDES, 2013, organizou uma tabela com todas as técnicas disponíveis nas páginas: 27-29 a partir de “Boas Práticas em Cartografia Participativa” FIDA, 2009.

4 QUILOMBOS E NEGROS NA MATA ATLÂNTICA

4.1 Histórico conceitual

Os negros habitam o território brasileiro desde o período colonial, em que foram trazidos para serem escravizados, sobretudo nas monoculturas existentes no país aquela época. É sabido que o tratamento dado aos escravos tentava lhes subtrair a dignidade, através de muito trabalho, das péssimas condições de moradia, dos castigos, da má alimentação, das humilhações. Muitos foram os escravos fugidos dos trabalhos no campo e na cidade, que se encontravam em áreas de esconderijo e resistência para seu povos. Estes locais de fuga são os primeiros quilombos que a história constrói sua narrativa, mas o quilombo não se traduz apenas por esse “binômio fuga-resistência” (CARVALHO; SCHIMITT; TURATTI, 2002, P.2).

Sobretudo no estado de São Paulo, muitas foram as áreas ocupadas por negros, principalmente as áreas mais isoladas da Mata Atlântica, nos sertões. Muitas destas áreas se mantiveram preservadas por séculos e foram em meados do século XX incluídas em territórios protegidos pela Conservação Ambiental. Pode-se dizer que, em SP, “dados do Instituto Florestal mostram que existem populações tradicionais em praticamente todas (73%) as unidades restritivas de grande porte, isto é, com mais de 10.000 hectares.” (ARRUDA, 1999, p. 80).

Segundo o INCRA¹⁶, em SP, há 49 processos abertos e 06 comunidades tituladas¹⁷.

A palavra Quilombo vem do idioma quimbundo e significa: “Sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades” (SANTOS; TATTO, 2008, p.10).

O conceito de quilombo integra essas formas de resistência que existiam a princípio, mas incluem hoje em dia, uma conceituação mais ampla, constituindo áreas onde os escravizados passaram a ocupar quando deixaram de serem escravos em 1888¹⁸. Muitos escravizados passaram a ocupar terras abandonadas ou que acabavam herdando dos seus donos por serem filhos de fazendeiros com escravas, ficando como posseiros e cultivando um modo de vida voltado a subsistência, principalmente em regiões florestadas, e trabalhando de forma autônoma ou com os latifundiários. Sobre isto, os

¹⁶ Dados tirados do site: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf> sem ano na publicação.

¹⁷ Dados do ISA, de 20/11/2014 disponíveis em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/estado-de-sao-paulo-reconhece-quatro-comunidades-quilombolas-do-vale-do-ribeira>

¹⁸ Em 13/05/1888 ocorreu a Abolição da Escravatura no Brasil através da Lei Aurea.

quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. (CARVALHO; SCHIMITT; TURATTI, 2002, p.3)

Formando muitas vezes uma comunidade que estabelecia laços sanguíneos, tradições culturais e principalmente um modo de vida comum, sustentável. Para Silva, 2008, p. 78, “Ao serem identificados e se identificarem como remanescentes de quilombos elas são identificadas como símbolos de uma identidade, cultura e uma nova forma de luta e militância negra.” Segundo Carvalho et al, 2002, até a década de 1970 era comum referir-se ao quilombo como se fosse um fato apenas histórico, baseado na definição clássica do conceito, que só levava em conta o quilombo como espaço de resistência e isolamento dos escravos.

4.2 Marco Legal

As legislações que versam sobre os direitos das comunidades quilombolas e os procedimentos administrativos para sua regularização fundiária estão assegurados nos seguintes dispositivos legais:

- Artigo 68º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e nos artigos nº 215 e nº 216, ambos da Constituição Federal, na
- Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT),
- Decreto nº 4.887/2003;
- Instrução Normativa nº 49 do INCRA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário de 29/09/2008, regulamento o Artigo 68º e o decreto 4.887;
- Portarias nº 127 e nº 342 de 2008 da FCP;
- Portaria nº 98/2007, da Fundação Cultural Palmares, institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares e o regulamenta.

Com a lei Aurea (século XIX), muitos escravos foram abandonados a própria sorte nos campos e nas cidades pois não foram feitas políticas de integração com a sociedade e eles acabaram sendo marginalizados pela sociedade. (SILVA, 2008, p. 67)

Em 1988, seguindo o movimento de dar voz a população negra, a Constituição Federal cria o artigo n.º 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sob o enunciado:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Para uma comunidade ter seu título definitivo reconhecido, primeiramente ela deve se auto-reconhecer como quilombola, para isso deverão ser adotados alguns procedimentos, esclarecidos no artigo 3 da portaria 98:

I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;

IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade);

V - Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição.

§ 1º. Nos casos dos incisos I e II do caput deste artigo, havendo impossibilidade de assinatura de próprio punho, esta será feita a rogo ao lado da respectiva impressão digital.

§ 2º A Fundação Cultural Palmares poderá, dependendo do caso concreto, realizar visita técnica à comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas.

A partir daí a FCP emite o reconhecimento, caso alguém conteste é emitido o laudo antropológico. Até a titulação definitiva são alguns passos, de acordo com o INCRA:

1º Passo: A comunidade tem que se auto definir enquanto quilombola, a FCP gerara uma certidão de autorreconhecimento quilombola que devera ser entregue ao INCRA¹⁹ para encaminhamento;

¹⁹ Etapas disponíveis em: http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas

2º Passo: Consiste na elaboração do RTID que tem como objetivo identificar os limites das terras quilombolas;

3º Passo: A terceira etapa é a publicação do RTID, onde as partes interessadas tem até 90 dias para contesta-lo;

4º Passo: Consiste na portaria de reconhecimento, onde o INCRA reconhece os limites do território quilombola e os publica no Diário Oficial da União e dos Estados.

5º Passo: O decreto de desapropriação é usado quando há imóveis privados no território. Estes serão pagos após avaliação tendo como base o preço de mercado, sendo pagos previamente e em dinheiro a terra nua e as benfeitorias.

6º Passo: A titulação definitiva saíra como título coletivo, em nome da associação, sem custos, não sendo permitida a venda ou penhora das terras.

A possibilidade de auto definição enquanto remanescente quilombola apareceu no decreto 4887 de 20/11/2003. De acordo com o artigo 2,

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto 4887, 2003)

Este decreto, assinado no governo Lula, é muito importante, pois trata, segundo o artigo 1 dos “procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

4.3 Povos tradicionais e as Florestas Culturais

Segundo o decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, os povos e comunidades tradicionais definem-se, segundo o Artigo 3º, item I como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,

utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Para Diegues e Nogara, no livro “O Nosso Lugar virou Parque”, “as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- a) dependência da natureza, dos ciclos naturais e dos recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um “modo de vida”;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse “território” por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras” (DIEGUES e NOGARA, 2005, p.89-90).

Um dos aspectos mais importantes na caracterização dos povos e comunidades tradicionais seria o auto-reconhecimento

Esse “auto-reconhecimento” é frequentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os “neo-mitos” criados por esta. (DIEGUES e NOGARA, 2005, p.91).

Estas populações não são somente indígenas, mas diversos grupos, como

populações de pequenos pescadores, pequenos agricultores, ribeirinhos, pantaneiros, extrativistas, caipiras, caiçaras e quilombolas que utilizam em suas atividades de reprodução de seu modo de vida, recursos da natureza, causando a esta baixo impacto, por deterem um conhecimento etnoecológico desta e por dependerem da continuidade dos recursos, seja prática ou simbolicamente. (SILVA, 2008, p.90)

Todos esses direitos e menções sobre as características dos povos negros escravizados no Brasil, conflitam com o modelo de Conservação adotado no Brasil, particularmente as tipologias de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Segundo Diegues (2008, p.101), os Estados Unidos criaram um modelo de área de conservação onde não ocorria presença humana, no século XIX, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. Com o objetivo de “proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes (de fora da área)” (DIEGUES, 2008, p. 101). No terceiro congresso Mundial de Parques Nacionais ocorrido em 1962, em Bali, na Indonésia, começou a se tratar das comunidades tradicionais e sua relação com as áreas conservadas que até então não eram sinalizadas nestes eventos. (DIEGUES, 2008, p.102).

No Brasil, o primeiro Parque foi criado em 1937, em Itatiaia, com o objetivo de ser usado para fins científicos e lazer para população urbana, para “conservar uma área “natural”, contra os avanços da sociedade urbano-industrial” não se atentando ao fato de que estas áreas ditas naturais, já eram ocupadas por povos que tem um modo de vida baseado na subsistência. (DIEGUES, 2008, p.116)

Pensando os povos e comunidades tradicionais, através da história recente é preciso citar os posicionamentos dos preservacionistas, estudiosos normalmente vindos das ciências biológicas, que acreditam numa concepção mais pura de preservação da natureza, em que não se enquadram nenhum tipo de moradores, mesmo que tradicionais. Para eles o ideal é terem áreas de conservação sem moradores para estudos científicos e lazer. Esses pesquisadores que dominam muitas das instituições criadas com o intuito de preservar a natureza, baseiam-se no modelo de Parques proposto nos EUA, que não considera a enorme diversidade de povos e comunidades tradicionais existentes, sobretudo no Brasil, como caiçaras, quilombolas, populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas, por exemplo.

Em contraposição a essa visão conservadora, vem sendo discutida a ideia de que as florestas não sejam naturais mas sim florestas culturais, que são

florestas informadas pela cultura de diferentes povos que desenvolveram práticas sociais adequadas e conhecimentos sobre o funcionamento destes ecossistemas e utilização de seus recursos numa ampla gama de formas de manejo que garantem a sustentabilidade. (TUCKER, 2005: 235-260; BRAY, 2005:285-304; SEARS E PINEDO-VASQUEZ, 2005:329-350 entre outros apud FURLAN, 2006, p. 4).

No Brasil, faz – necessário estudar essas áreas para que se referende estas práticas como conservacionistas (FURLAN, 2006, p.5)

Segundo FURLAN (2006, pp. 6-7) as Florestas Culturais tem como papeis socioambientais importantes:

- A sustentabilidade da floresta a partir do manejo;
- A conservação de grandes áreas contínuas de florestas sem a criação de desenhos de manejo artificiais;
- O ordenamento do manejo baseado no conhecimento comunitário;
- Os sistemas de manejo nativos, não baseados na burocracia oficial, mas nas instituições informais, ou normatizadas em cooperativas dos diferentes grupos sociais;
- A valorização da comunidade e sua própria territorialidade e sustentabilidade quando incentivadas por recursos externos,
- A reafirmação de identidades culturais e espaciais.

A partir desta nova perspectiva das florestas culturais é que são percebidos a necessidade de novas categorias dentro do SNUC e uma valorização e estímulos as unidades de conservação de uso sustentável. Diegues (2008, p. 120-121) critica a hierarquização das categorias dentro do SNUC como se as unidades de proteção integral fossem mais importantes do que as unidades de uso sustentável e o fato de não haver uma referencia mais explicita a questão da presença de moradores tradicionais dentro das unidades de conservação, colocando somente as reservas extrativistas e não as previstas internacionalmente, como as “reservas antropológicas” e “reservas da biosfera”, criadas pra resolver o conflito entre as populações tradicionais e as áreas de conservação.

O SNUC, criado na lei 9.985/2000 é um conjuntos de unidades de conservação em esfera municipal, estadual ou federal. Ele tem como objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação

em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Artigo 4º)

O SNUC prevê 12 tipos de unidades de conservação, cada um com finalidades próprias em relação aos usos permitidos e a forma de proteção. Essas categorias dividem-se em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso sustentável, de acordo com o artigo 7º, que tem como objetivos:

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

As Unidades de Proteção Integral dividem-se, de acordo com o artigo 8º em: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre; E as Unidades de Uso Sustentável, de acordo com o artigo 14: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Dentro destas unidades, uma em especial é tratada neste trabalho, o Parque Estadual da Serra do Mar, criado pelo Decreto nº 10.251 em 30 de agosto de 1977, é uma área de proteção integral que enquadra-se de acordo com

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

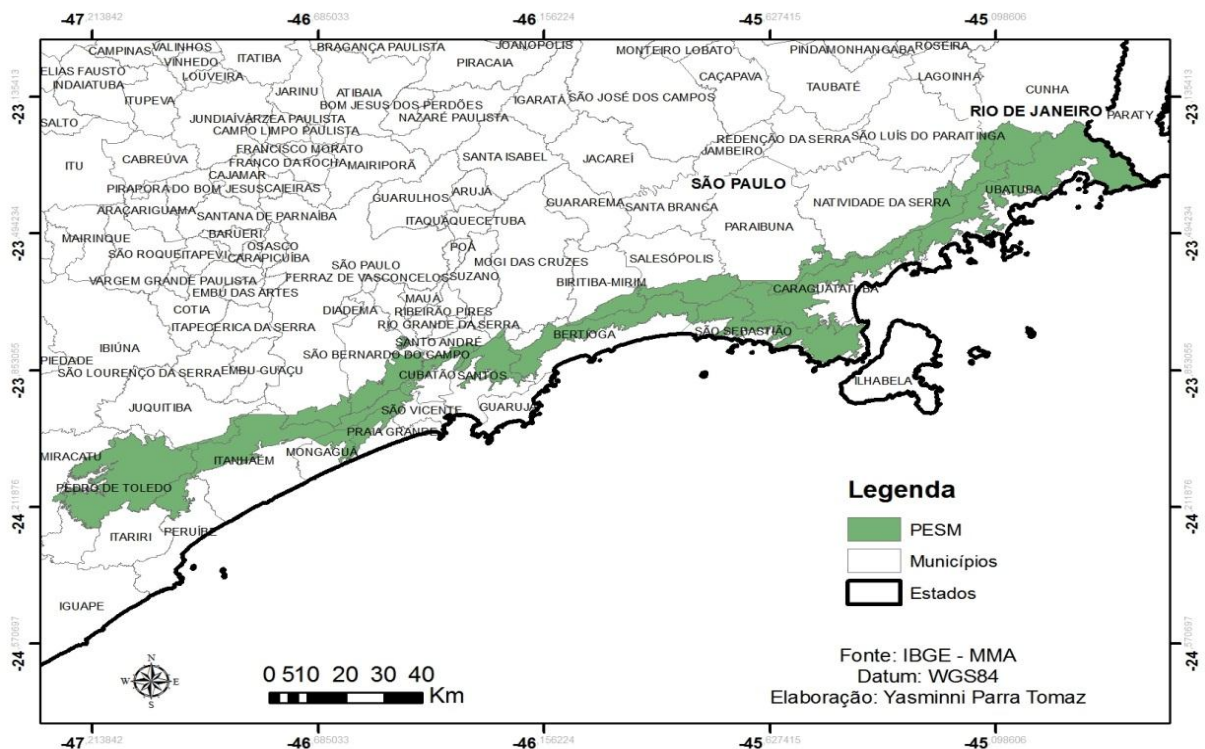
§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

O PESM preserva uma área remanescente de Mata Atlântica, um continuum de preservação da Serra do Mar, um dos últimos remanescentes preservados atualmente, com áreas de planalto atlântico, planície litorânea e escarpa da Serra do Mar.

Ele abrange 23 municípios (Mapa 2), tanto no litoral quanto no planalto, em uma área de 315.390 hectares. Em 1979, a área da Fazenda Picinguaba em Ubatuba foi incorporada ao Parque, conservando a paisagem litorânea composta por restingas, mangues e praias. O PESM, para ser melhor administrado foi dividido em 8 núcleos: Três no planalto: Cunha, Santa Virgínia e Curucutu; e cinco no litoral: Picinguaba, Caraguatatuba, São Sebastião, Cubatão e Pedro de Toledo. (SMA, 2006, p. 15)

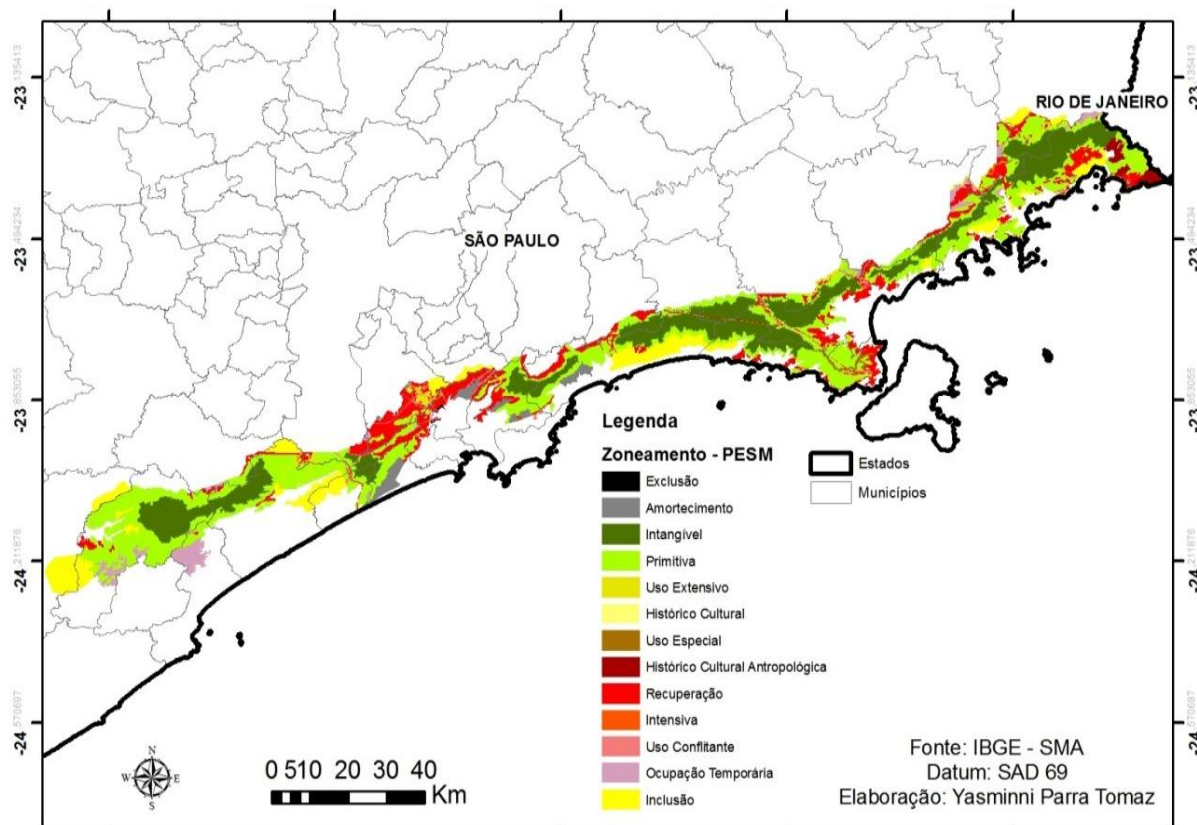
O plano de manejo do PESM é um instrumento de planejamento e gestão do parque e foi aprovado em 2006. O plano de manejo prevê alguns zoneamentos (Mapa 3) dentro do parque e como iniciativas deste planos, tem se a criação da Zona de Ocupação temporária (ZOT) e a Zona Histórico Cultural Antropológica (ZHCA). As zonas são classificadas de acordo com o grau de intervenção: Zona Intangível ou Primitiva, tem nenhum ou baixo grau de intervenção; Uso extensivo e Histórico cultural arqueológica possuem médio grau de intervenção; Uso intensivo, uso especial, recuperação, uso conflitante (infra-estrutura de base), histórico cultural antropológica, ocupação temporária e superposição indígena possuem alto grau de intervenção (SMA, 2006, p. 264)

Mapa 2 - Área do Parque Estadual da Serra do Mar



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Mapa 3 - Zoneamento do PESH



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

5 QUILOMBO SERTÃO DA FAZENDA: SER E ESTAR SEM PODER ESTAR: A SITUAÇÃO DE QUILOMBOS EM AREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL

5.1 Contexto regional e histórico

O quilombo Sertão da Fazenda encontra-se dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, núcleo Picinguaba, no extremo norte do município de Ubatuba, a cerca de 40 km do centro da cidade. O histórico de ocupação do quilombo divide-se em

diversos núcleos habitacionais formados principalmente por caiçaras nativos e quilombolas. Cada um desses núcleos definem diferentes regiões nomeadas: sertão do Cubatã, Ponta Baixa, Areia, sertão da Fazenda e praia da Fazenda (ANDRADE, 2007, p.26)

Figura 10 - Praia e Sertão da Fazenda Picinguaba. Foto Aérea.



Fonte: Relatório Técnico-científico sobre os remanescentes da Comunidade de Quilombo da Fazenda (2007)

A ponta baixa (Figura 11) tem seu acesso pela rodovia BR- 101, a cerca de 2 km da entrada pro Sertão da Fazenda, sentido Paraty.

Figura 11 - Ponta Baixa



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2014)

O PESM, criado em 1977, é uma unidade de conservação de proteção integral de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei 9.985 de 18/07/2000).

O PESM abrange 28 municípios e contém oito núcleos. É a maior área de proteção integral do litoral brasileiro (SMA, 2006). Para gerir o uso e ocupação das fronteiras do parque, o Plano de Manejo foi criado em 2006, propondo o zoneamento do mesmo. A área do sertão da Fazenda é única a se situar dentro da área proposta como Zona Histórico Cultural Antropológica. As outras áreas estão definidas como Zonas de Ocupação temporária.

As principais famílias do quilombo são os Vieira, Assunção e Braga. Quando estas famílias chegaram e se instalaram nessas terras, a Fazenda Picinguaba incluía ainda a praia e a Vila de Picinguaba e era uma área de mata fechada que demandava cerca de 12 horas para se chegar na sede do município de Ubatuba e 9 horas na cidade de Paraty.

A história do Quilombo Fazenda remonta ao século XIX, quando a área sediava a fazenda Picinguaba, que continha um engenho de açúcar e álcool e um moinho de fubá, que até 1884 pertencia à família de Manoel da Silva Alves, quando faleceu Maria Alves de Paiva, sua esposa. Ela declarou em testamento o desejo que seus escravos fossem libertos e que pudessem morar em algumas áreas da Fazenda. Em 1885 a gleba foi vendida para o capitão Firmino Joaquim da Veiga, que construiu um engenho de aguardente de cana e um moinho de

fubá no bairro. As máquinas foram importadas pelo capitão direto da Europa “O transporte do maquinário do engenho, importado da Inglaterra, foi feito através do Rio da Fazenda que, na época, era navegável” (NAVARRO et al, 2012, p.3). A produção da fazenda era escoada pelo rio e por burros pela trilha do Corisco, que liga o Sertão da Fazenda a Paraty. A ideia era criar uma colônia de imigrantes italianos, desta forma, 45 famílias foram instaladas, restando hoje apenas duas famílias descendentes de italianos. O capitão hipotecou a fazenda no ano de 1889 ao banco da República do Brasil. Em 1943 a Fazenda passou para Saint Clair Bustamante e Silva, que mandou construir uma casa de farinha com o que havia restado do engenho desativado anteriormente. Ele também nomeia o Sr. Leopoldo Braga o administrador da Fazenda Picinguaba, em 1947. Leopoldo recebe a autorização de trazer 12 famílias para trabalharem através de usufruto, sendo proibidas de vender e arrendar suas terras. Ainda há vestígios destas famílias no bairro. As demais famílias residentes no quilombo tem sua origem caiçara e descendente de escravos vindos dos bairros vizinhos à antiga Fazenda Picinguaba. Em 1947, no momento em que a Fazenda Picinguaba passava por um “processo de decadência e estagnação ocorreu o principal movimento de ocupação do território atual, quando 12 famílias [...], foram autorizadas a morar e trabalhar por usufruto na região do Sertão da Fazenda Picinguaba” (NAVARRO et al., 2012, p.3).

Em 1951 a fazenda foi novamente hipotecada, desta vez pela Caixa Econômica estadual, por isto o nome que muitos dão “Fazenda da Caixa”. A Caixa foi dona até o ano de 1974, quando doou a área para o Ministério da Marinha da União, para a criação de uma Escola Naval, como o projeto não foi implementado, a Caixa retomou o controle da área em 1981.

Durante o período de domínio da Caixa, que perdurou até 1974, os relatos afirmam que Leopoldo Braga fez o possível para controlar a ocupação por posseiros e grileiros. Sua ação foi bem sucedida na área que abrange o sertão da Fazenda, próximo à sede, mas na faixa que se estende paralela à praia, havia pressões dos dois lados. Nessa época, houve um incremento populacional em áreas como Areia, Ponta Baixa e Sertão do Cubatã devido a grilagens e invasões. (ANDRADE, 2007, p.33)

Em 1975 é construído o trecho da BR – 101 entre Ubatuba e Paraty, cortando o quilombo em duas áreas, a área da praia e a do Sertão.

Em 1977, foi declarada a Criação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Neste momento ocorreu uma tentativa de fragmentação do território da comunidade, com moradores sendo expulsos de suas casas pela gestão do parque, sobretudo nas áreas de praia.

Para controlar o território que vinha sendo invadido por grileiros a área da Fazenda é anexada ao PESM em 1979.

Após a implantação do Núcleo Picinguaba do parque em 1984, foi feito um acordo verbal entre a comunidade para que os moradores pudessem permanecer nas terras e manter as roças já existentes de mandioca.

O parque lidou com as comunidades tradicionais existentes em seu território de diversas formas, baseada sobretudo na visão pessoal dos gestores do núcleo, conforme ele fosse ideologicamente mais preservacionista, maiores as pressões sobre o modo de vida da comunidade quilombola, ou buscando maior diálogo com as comunidades tradicionais. Muitas roças foram derrubadas e casas destruídas visando expulsar os moradores, principalmente na área da Praia da Fazenda. Eles foram proibidos de pescar e fazer roça, só podendo plantar ao redor da casa. Para seu Zé Pedro²⁰, “uma coisa é preservar, tem que preservar, a outra é tirar a comunidade que vive daquilo” (Invenções Democráticas no Quilombo, 2011). Proibidos de pescarem e plantarem, muitos quilombolas acabaram se mudando nessa época para a cidade, alguns com promessas de indenização, que muitos não chegaram a receber, outros pela pressão que sofreram do parque. Este tratamento dado aos moradores quilombolas não está em conformidade com o Artigo 28 do SNUC):

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos. Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, **assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.** (BRASIL, Lei 9.985, 2000, art. 28, grifo nosso)

5.2 Modo de vida – Ontem e Hoje

Antigamente, os moradores tradicionais do quilombo, viviam da roça, da pesca e da coleta de frutas, palmito Jussara, madeira para confecção de utensílios e canoas de voga, tendo acesso a Praia da Fazenda e aos rios da região, pescavam para subsistência, com baixos impactos ambientais. Quando não tinham algum produto, a troca por outro era muito comum. O Dinheiro era muito pouco, usado principalmente para a compra de sal, sabão, tecidos e

²⁰Seu Zé Pedro é um dos líderes mais antigos da comunidade, responsável pela casa de Farinha. Seu nome e o de Seu Antonio são os únicos mencionados no trabalho pois são as lideranças da comunidade.

querosene. Nas roças era praticado o sistema de coivara, rotação de culturas e pousio. A coivara, herdada dos índios, é a técnica de rocio em que se corta o mato e queima controlando quatro pontos da área, em determinada hora do dia, baseada na ação dos ventos, que é um conhecimento dominado pelos povos tradicionais. Sobre as técnicas,

São três os componentes da agricultura de coivara: a conversão, o cultivo e o pousio. A conversão inclui a derrubada e a queima da vegetação original, o que expõe fisicamente o solo, elimina a competição de plantas daninhas e melhora a fertilidade, deixando o solo menos ácido e com maior disponibilidade de nutrientes (que antes, estavam fixados na vegetação derrubada e queimada). Normalmente, essas clareiras são pequenas, por volta de 1 hectare. Segue-se o cultivo, que costuma envolver várias espécies consorciadas. Em geral, plantam-se duas ou três vezes na mesma clareira aberta na floresta. Já o pousio, ou descanso da terra, pode ser passivo ou manejado. No primeiro caso, a área anteriormente cultivada é simplesmente deixada à própria sorte. No segundo, os roceiros promovem uma seleção das espécies que vão regenerar a área, dando preferência às de maior utilidade. O período de pousio é variável e deve ser longo o suficiente para a vegetação lenhosa tornar-se dominante. (ADAMS et al, 2012, p.39)

Com a criação do PESM, Atualmente não se pode mais praticar a coivara dentro do quilombo nem o pousio, pois se o morador deixar a área em pousio pelo tempo suficientemente necessário para sua regeneração, quando atingir este tempo ele não poderá mais cortar a vegetação pois a “administração da UC não admite o corte da vegetação que está além do estágio inicial de regeneração, portanto, não existem áreas em pousio superior a 2 anos, licenciadas, disponíveis para a agricultura” (Marchetti, 2009, p.35). Com isto as áreas de roça diminuiriam abruptamente, reduzindo sua produção.

A pesca também é prejudicada pela diminuição de pescados devido entre outros fatores a atividade pesqueira de grandes embarcações. A coleta também passa a ser regulada com a criação da UC, desta forma a inserção do parque no TRQ modifica muito o modo de vida tradicional da comunidade, obrigando-a a voltar-se mais para as práticas turísticas. Na página da Comunidade Quilombola da Fazenda encontra-se algumas atividades

disponibilizadas aos turistas que querem conhecer a comunidade, sob o título “O que fazer na comunidade”²¹:

- Visita a Casa da Farinha familiar (Figura 12): Na Comunidade era comum em cada casa haver uma casa de farinha “familiar” de pau-a-pique onde a farinha era feita artesanalmente, por dia fazia-se aproximadamente entre 40 e 50 quilos de farinha. Encontramos em algumas casas ainda esse tipo de construção, onde é possível visitá-la e aprender os processos artesanais passo-a-passo orientado por um morador.
- Visita a Casa da Farinha Comunitária: Além das casas de farinha familiar, existe também a casa de farinha Comunitária, antigo engenho de álcool e açúcar do século retrasado, reformada e adaptada em 1985 pelo Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba. É uma casa de farinha quase que industrial, onde por dia é possível produzir aproximadamente de 200 a 250 quilos de farinha; os maquinários são tocados por uma roda d`água de 6 metros de diâmetro, interligados por correias. Onde atende toda a Comunidade local e também moradores do entorno.
- Visita à Agrofloresta (Figura 13): Manejo agroflorestral, o acompanhamento é feito por um condutor (morador local) onde é explicada a prática desse tipo de atividade, e sua importância.
- Trilhas Interpretativas: é possível realizar todas as trilhas oferecidas pelo Núcleo Picinguaba, agendando com antecedência pelo telefone (12) 3832-9011. A trilha do Jatobá e da Rasa que é oferecida pelo Núcleo Picinguaba é na própria Comunidade do Quilombo da Fazenda.
- Roda de Conversa: com morador tradicional Quilombola, que conta como era a vivência antes, durante e depois da implantação do Parque e da Rodovia Rio Santos, os meios de subsistência, e alguns contos e histórias do passado.
- Vivência com os Artesãos, oficina de artesanato: Onde os artesões da Comunidade explicam na teoria e prática o artesanato local. Nesta oficina cada participante confecciona seu próprio produto auxiliado pelo artesão.
- Tambores da Fazenda e Grupo “Ô de casa”, formado por um grupo de até 15 pessoas incluindo adultos jovens e crianças é um resgate da cultura, com

²¹ Texto tal qual como em: Roteiros turísticos. Disponível em: http://www.quilombodafazenda.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=79

vários tipos de danças e ritmos como o Jongo, Ciranda, Maracatu, Caranguejo e Arara, onde é envolvido também na dança o grupo participante.

Figura 12 - Casa de farinha familiar



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

Figura 13 - Agrofloresta



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2014)

A plantação é, sobretudo, de mandioca (Figura 14), feijão, milho, banana e batata-doce, são criados também animais de pequeno porte como galinhas e patos.

Nos dias atuais, os moradores têm como atividade principal a agricultura de subsistência, através de suas roças fixas e sua horta e o sistema agroflorestal adotado por uma das famílias, os serviços turísticos de alta temporada e serviços gerais. Muitos homens atuam como monitores do PESM e ganham por dia, algumas mulheres trabalham no alojamento preparando a comida dos alojados.

Figura 14 - Roça de mandioca



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2014)

A associação de moradores do quilombo Sertão da Fazenda foi constituída em 2005, ela tem como seus espaços:

- a cozinha comunitária, destinada para geração de renda dos moradores, através das festas onde são feitas as comidas tradicionais do quilombo pelas cozinheiras da associação, como a Festa do Azul Marinho, através de almoços para grupos e também para a produção da Polpa da Juçara;
- A biblioteca plural onde não se encontram apenas livros, mas também instrumentos musicais, brinquedos e máquinas de costura;
- A casa de artesanato comunitária, onde os artesãos colocam seus artesanatos para complemento de renda;
- O centro de visitantes colado à casa de Farinha;
- O Telecentro comunitário, que chegou a comunidade em 2010 e garante o acesso da comunidade a informação.

A associação também promove o projeto Ponto de Cultura Olhares de Dentro, que visa através de várias atividades no centro comunitário preservar a cultura do Quilombo da Fazenda e da Região de Ubatuba- SP como o projeto que busca não deixar apenas na memória

as manifestações culturais do Jongo e do Fandango Caiçara, proporcionando oficinas em que os mestres antigos ensinam aos jovens a construir os instrumentos musicais e também a aprender a toca-los. As oficinas de artesanato envolvendo principalmente a taboa, utilizada no desenvolvimento de vários utensílios do dia a dia, como cestos e balaies.

A comunidade enfrenta algumas questões atualmente, como:

- Desafetação do parque, possíveis cenários se colocam como a possibilidade de ser TRQ e Parque, a transformação da área do TRQ em UC de uso sustentável ou zona de amortecimento do parque;
- Em relação a saúde, falta na comunidade um posto de saúde para atender a população; O médico destinado a comunidade só vai uma vez ao mês, quando vai, promovendo uma carência de atendimentos na área.
- A escola encontra-se desativada, obrigando os alunos a irem para a Vila de Picinguaba, onde a escola Municipal Professor Ibere Ananias Pimentel oferece educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e Educação de jovens e adultos – EJA. Para se fazer o ensino fundamental – anos finais é necessário o deslocamento até o Bairro de Poruba, na EM Jose Belarmino Sobrinho. O aluno que deseja fazer o ensino médio deve se deslocar até o centro da cidade. Também é importante considerar que as escolas deveriam oferecer uma educação diferenciada aos quilombolas, que ajudassem a resgatar suas origens.
- As restrições ambientais que fazem com que as pessoas não consigam mais tirar seu sustento das roças, a partir do momento em que não podem desmatar e plantar pois suas práticas são consideradas destrutivas; E quando não conseguem construir casas, reforma-las e adequa-las a quantidade de moradores e acabam indo embora do TRQ.
- A Energia elétrica só chegou recentemente a comunidade, em 2007, através do Programa Luz para Todos e ainda deixou de fora a região da Ponta Baixa, aliado as restrições impostas pela unidade de proteção integral. No último trabalho de campo da pesquisa obtivemos à informação de que a Ponta Baixa finalmente teria recebido energia elétrica.

A situação começou a se modificar quando a comunidade iniciou um movimento de reconhecimento de suas raízes quilombolas, o que a uniu, em 2006 após a criação da Associação. De acordo com o “relatório de caracterização sócio ambiental do plano de Gestão

Do Parque Estadual da Serra do Mar, em 1997 a população do bairro era de 184 moradores. O diagnóstico realizado em 2008 apontou 105 moradores.” (NAVARRO et al., 2012, p.4).

Tabela 2 - Dados demográficos do Quilombo da Fazenda

Tipo / Período	1984	1992	2005	2007	2009	2014
Moradias em uso	16	24	22	40	35	48
Moradia em construção	-	-	-	-	07	07
Moradia vazia/abandonada	-	-	03	02	07	01
Moradia veraneio	-	-	-	01	01	
Número total de habitantes	-	44	73	104	132	121
FONTE DO DADO	SMA/IF	SMA/IF	SMA/IF	ITESP	MARCHET TI	DADO PRIMÁRIO

Fonte: M&P Consultoria e Estudos Ambientais Ltda (2013)

5.2.1 Casa de Farinha

A casa de farinha (Figura 15) foi construída a partir de um antigo engenho de milho, cana de açúcar e álcool do século XIX que foi importado da Inglaterra e chegou até o centro da comunidade através do Rio Fazenda, que corta seu território.

Figura 15 - Casa da Farinha



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2014)

O engenho foi reformado por volta de 1985 por moradores da comunidade, com o apoio do governo do estado, adaptando-o a produção de farinha. A casa de farinha tem a capacidade de produção de 200 kg/dia de farinha mas com as restrições ambientais a roças, a comunidade não possui matéria prima suficiente para ela seja produzida.

O quilombo fazenda tem cinco casas de farinha familiares e uma casa de farinha de grande porte. Atualmente a casa de Farinha é utilizada pela comunidade para produção em pequena escala. (MARCHETTI, 2009)

5.3 Aspectos legais

A comunidade quilombola Sertão da Fazenda foi primeiramente reconhecida como tradicional por meio do Relatório Sócio-Econômico, elaborado pelo Instituto Florestal em 1993 e pelo Plano de Gestão Ambiental do Núcleo Picinguaba, elaborado pelo Instituto Florestal em 1998, onde se estabeleceu a criação de uma zona de uso intensivo no bairro do Sertão da Fazenda, com sub-zona de ocupação tradicional para que a gestão dessa área fosse feita de acordo com as necessidades da comunidade. O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar criou e definiu diretrizes para esta zona, caracterizada como Zona Histórico-Cultural Antropológica. Em 2005 o Instituto Florestal fez o cadastro de ocupantes da comunidade para ter o controle dos moradores.

O Plano de manejo (2006, p.277), tem como um de seus objetivos:

apoiar o fortalecimento das comunidades caiçaras e quilombolas a fim de evitar a perda da posse do seu território e consequente descaracterização da organização espacial, social e cultural típica destas culturas tradicionais e consequentemente dificultando a especulação imobiliária;

Para que isto ocorra o plano incorporou o Plano de Uso Tradicional (PUT), instrumento de ordenamento territorial das comunidades tradicionais formulado pelas instituições da Câmara Técnica do Conselho Consultivo do NP/PESM – em 2005 que regula as práticas dentro da comunidade. O PUT (2005) é dividido em várias subzonas, que tem seus usos regulados, com seus deveres e restrições:

- I. SZ- 1: Acessos;
- II. SZ- 2: Uso Público e Institucional;
- III. SZ- 3: Uso Residencial Caiçara e Quilombola;

IV. SZ- 4: Cultivo e Uso Sustentável de Recursos Florestais;

V. SZ- 5: Uso Sustentável de Recursos Florestais.

Em 2005 foi criada a Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda - ACRQF que tem o papel de negociar e delimitar o território, fortalecendo a comunidade, propondo sempre, de acordo com o artigo oitavo do estatuto²², promover e divulgar projetos de desenvolvimento comunitário tais como:

1. De valorização cultural dos remanescentes quilombolas;
2. De educação e saúde;
3. De melhoria da capacidade instalada referente a equipamentos sociais e infra-estrutura básica;
4. De controle e vigilância territorial visando não só a proteção da área do território
5. Quilombola, como também, a proteção de seu patrimônio natural e segurança de seus membros;
6. De desenvolvimento econômico auto-sustentado, buscando alternativas de manejo dos recursos naturais aptas a conservá-los;
7. De prestação de serviços de apoio para a compra de insumos básicos e comercialização de produtos;
8. De defesa proteção e recuperação ambiental;
9. De extensão rural.

Em 13/12/2005 se deu a formalização do território pela Fundação Palmares²³ e em 2007 foi feito o laudo antropológico (ITESP).

O quilombo da Fazenda, por estar dentro de uma UC de proteção integral, é afetado pela legislação do SNUC e do Plano de Manejo que esta submetido, alterando substancialmente seu modo de vida desde a criação do parque até os dias atuais ao mesmo tempo em que é protegido da especulação imobiliária e dos grileiros, pelo parque.

²²

Disponível

em:

http://www.quilombodafazenda.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=49&Itemid=63

²³ Dado obtido no link: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>

6 QUILOMBO CAÇANDOCA: SER E ESTAR SEM PODER FICAR: A SITUAÇÃO DO QUILOMBO EM DISPUTAS COM A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM UBATUBA

6.1 Contexto regional e histórico

O quilombo Caçandoca localiza-se na Serra da Caçandoca – Ubatuba – SP. A entrada ao território se faz através da BR – 101 (Rodovia Rio Santos), um pouco antes do bairro da Maranduba, na altura do Km 68, (sentido de Caraguatatuba a Ubatuba). Depois são mais cerca de 3 km em estrada de terra até o quilombo. O quilombo “faz limite a leste com a orla marítima, ao sul e oeste com o divisor de águas da serra de Caçandoca (512m de altitude) e a norte com o condomínio da praia do Pulso” (SCHIMITT, 2000, P. 13). Encontra-se dentro da Área Natural Tombada da Serra do Mar e Paranapiacaba (Resolução 40/1985 – Condephaat – Secretaria da Cultura – SP). O território histórico é constituído das áreas da “Praia do Pulso, Caçandoca, Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco do Morcego, Saco da Banana, Praia do Simão.” (SCHIMITT, 2000, P. 17)

Em 1858, José Antunes de Sá comprou a fazenda onde hoje se localiza o território quilombola da Caçandoca. No século XIX a fazenda produzia café e cana de açúcar e era mantida pelos escravos. O proprietário dividiu a fazenda em três áreas, administradas por seus filhos: Saco da Banana, Saco da Raposa e Caçandoca. Cada uma destas áreas contava com um engenho e uma sede construídos pelos escravizados. Ainda hoje existem remanescentes do engenho no Saco do Morcego, que encontra-se em processo de tombamento. (SCHIMITT, 2000, p.16) Na Caçandoca, as ruínas da Casa Grande foram destruídas pela Urbanizadora Continental em 1974, não deixando nenhum sinal de sua existência, a mesma companhia também tentou destruir a igreja. Os muitos filhos de escravas com os filhos do dono da fazenda acabaram tornando-se posseiros na região juntamente com os filhos e netos legítimos do proprietário e ex - escravizados. A produção de café e cana de açúcar foi gradualmente substituída pela plantação de bananas e a produção da farinha de mandioca como produtos principais de consumo e venda do quilombo. (SCHIMITT, 2000, p.17)

O período mais recente do quilombo data da década de 1970 quando grileiros e empresas do ramo imobiliário invadiram as terras da comunidade, incendiando casas e expulsando os moradores. Muitas casas foram queimadas durante a década de 1970, engenhos destruídos e casas de farinha dinamitadas para que não se achasse vestígios da população que

até então vivia ali. Seu Antonio²⁴, na oficina de mapeamento participativo realizada nesta pesquisa nos contou que também nesta época houve resistência por parte de alguns membros da comunidade. Os valores pagos pela compra das posses, quando pagos eram muito baixos e os moradores se viam pressionados a aceitar pelas constantes ameaças caso se recusassem a sair de sua propriedade. Quando a ameaça não funcionava, capatazes queimavam casas e expulsavam famílias a força. Os que resistiram foram proibidos de usar as praias para trabalhar e construir ranchos para seus barcos. O depoimento da moradora²⁵ mostra um pouco de como tudo se sucedeu:

“‘Nois’ ‘vendimo’ sem eu sabe, sem eu sabe e todo mundo saindo e saindo e saindo e eu dizia que não saia até que um dia chegou dois armados na minha casa, pra me tirar de dentro de casa, e dizia “vamo, vamo” que o pagamento da sua casa é lá em casa ai quando eu sai, que vi, tava no meio da estrada que olhei pra traz queimaram tudo. Isso, isso foi um desgosto” (Depoimento dado a autora no dia 05/07/2015)

Entre 1974 e 1985 a empresa Urbanizadora Continental²⁶ bloqueou a passagem de automóveis na estrada que vai do condomínio da Praia do Pulso até a Caçandoca, impedindo o acesso ao transporte rodoviário e limitando a vida na comunidade.

O condomínio da Praia do Pulso foi construído em 1976. De acordo com moradores, muitos venderam suas posses, enganados por um parente, pensando se tratar do registro das terras. Atualmente, muitos moradores trabalham no condomínio na prestação de serviços gerais.

Em 1988 foi fundada a Associação para Melhoramentos da Caçandoca que buscava apoio de setores do governo para reaver seu território.

No ano de 1997, a população quilombola ocupou uma parte da área reivindicada por eles. Em 1998 foi feita uma reintegração de posse da área pedida pela empresa²⁷ (COSTA, 2016, p.12) e também foi criada a ARCQC²⁸, com o intuito de reivindicar o reconhecimento como território quilombola e dar entrada no processo junto ao ITESP.

²⁴ Os nomes dos interlocutores citados no corpo do texto serão identificados como moradores, o único citado será o do Seu Antonio pela forma com que se deu o mapeamento participativo, sem o envolvimento de toda a comunidade.

²⁵ A depoente, na data da entrevista tinha 74 anos e foi nascida e criada no quilombo, até ser expulsa.

²⁶ Empresa imobiliária fundada em 1966.

²⁷ A empresa citada é a Urbanizadora Continental, que construiu o condomínio de casas de luxo na praia do Pulso no ano de 1974.

²⁸ ARCQC- Associação Remanescentes da Comunidade Quilombola da Caçandoca.

Em 1999, com o apoio do Ministério Público Federal e do ITESP, a comunidade ocupou novamente a área com cerca de 30 famílias. (COSTA, 2016, p.13)

No ano 2000, foi realizado o Relatório técnico científico da comunidade e esta recebeu em 23/08/2000 a certidão de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos da Fundação Cultural Palmares.²⁹

Em 2005 a comunidade quase sofreu novamente uma ação de reintegração de posse por parte da Urbanizadora Continental, que esperava construir um condomínio de luxo nas cinco praias quilombolas, pois o juiz revalidou uma ação de reintegração de posse de 1998. A comunidade se mobilizou em um grande protesto no dia 13/05/2005 na Praça da Sé em São Paulo, reunindo cerca de 300 pessoas. (Weiss, 2005). No dia primeiro de junho, o tribunal de justiça suspendeu a liminar e o INCRA publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade e em dezembro do mesmo ano a portaria de reconhecimento.

Em 27/09/2006, ocorreu a primeira desapropriação de terras por interesse social a favor de uma comunidade quilombola no país, neste dia a Presidência da República decretou a desapropriação de 210 hectares da “Fazenda Maranduba” e outros 200 hectares. Desta forma, a comunidade encontra-se na posse de 410 dos 890 hectares reconhecidos. (COSTA, 2016, p.13) No mesmo ano, os bairros rurais da Caçandoquinha, Saco da Raposa, Frade e Saco das Bananas, criaram a Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo Cacandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade – ARCQCRSB, “reunindo parte das famílias tradicionais da Caçandoca que, no início do processo, não haviam aceitado se associar ou reivindicar a identidade quilombola” (INCRA, 2014) e entraram com pedido junto a FCP, separando-se da comunidade e pleiteando a mesma área com os mesmos documentos.

“a nossa organização interna ela é fundamental pra poder desenvolver todos os nossos projetos aqui dentro ai foi o que eu tinha te explicado né, a gente teve um momento em que a comunidade até pras pessoas de fora que vieram e quiseram sim intervir e elas foram expulsas, as pessoas que queriam tomar a frente dos quilombolas e nestas pessoas que foram expulsas o grupo rachou, e ai eles montaram uma outra associação e o erro do governo foi aceitar o reconhecimento dessa outra associação sendo que a nossa já estava formada, organizada e já estava pleiteando que o governo reconhecesse, titulasse como comunidade quilombola. E ate foram represados, foram mandados embora o pessoal da fundação cultural palmares, por ter cometido esse erro de reconhecer no diário oficial uma nova associação dentro de

²⁹ O processo administrativo foi aberto na FCP sob nº 01420.000271/1998 -09 foi aberto em 22/07/1998.

uma comunidade que já existia uma associação porque a própria constituição diz que o território da comunidade quilombola tem que ser reconhecida e titulada através de uma associação. Então não tem como você criar várias associações e repartir, é uma que vai representar o todo [...] e isso que nos estamos tentando reorganizar porque daí houve a divisão e muitas divergências, um processo um contra o outro e agora a gente tá retomando né, a união mas não é fácil, tá uma ferida recente e nós estamos construindo por isso que tem essa divergência, essa turbulência nessa assembleia.” (Morador da comunidade, 2015)

A criação desta outra associação teve como causa,

[...] provavelmente, questões como distância entre os bairros rurais [...], separados por relevo acidentado e praias, disputas internas de dominação, liderança e poder, rixas e desafetos familiares, diferenças em relação à condução das demandas da população, entre outros (MINAS, 2015, P. 35)

Em 2008, a ARCQCRSB teve a Certidão de Autorreconhecimento expedida pela FCP, gerando uma situação inédita em que duas comunidades quilombolas certificadas pela FCP, reivindicavam o mesmo território.

Em 2013 o INCRA atuou na comunidade no sentido de promover uma aproximação entre as duas associações, até sua unificação. A partir daí foi possível “retomar a ação judicial de desapropriação e as ações de desenvolvimento e geração de renda implementada pelo INCRA” (INCRA, 2014, P. 24). Em 23/07/2013 foi descongelada a área da Caçandoca que havia sido congelada em decorrência da existência de duas associações pleiteando o mesmo território.³⁰

“é que nessa eleição atual aqui sempre havia uma associação só, depois a outra se formou e ficou paralela a nossa aqui, só que aí quando o juiz chamou pra fazer a junção Y quando que foi isso? Foi em 2013, começo de 2013 que o juiz desfez o conjuntamento e chamou os dois grupos pra formar um só e aí a gente fez a junção aí que aconteceu, a gente queria que continuasse dessa maneira, né, só que daí quando convocaram novas eleições o grupo se dividiu novamente, aí montou uma chapa aqui e outra ali e meio que ficou como era antes, um grupo que era da caçandoquinha e um grupo de Caçandoca, e um grupo que ficou de fora que é aquele grupo que esta na área da praia entrou com

³⁰ Informação disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56848334/trf-3-judicial-interior-22-07-2013-pg-535>

uma representação alegando vários fatores, varias falhas que tiveram nessa eleição, porque sempre que era caçandoca e era da forma que a gente fazia assim, simples , a gente não tinha 30 pessoas diferentes pra fazer varias chapas [...] que que aconteceu, quando foi essa agora, a gente tentou fazer o mais possível e correto, mas teve falhas. O nosso edital saiu com dois dias só antes e tal, e teve um grupo que estava de fora que é uma outra discussão, um outro processo, eles pegaram e entraram com uma representação no ministério publico pedindo a anulação e a doutora acatou e falou, ah, ou vocês façam uma junção dos dois grupos e seja um consenso na assembleia ou vocês vão ter que fazer uma nova eleição. Então ai o INCRA chamou a gente pra uma reunião em são Paulo [...] ai a gente foi em são Paulo há duas semanas e fizemos uma reunião lá e ficou acordado que hoje o INCRA ia vir fazer esse diagnostico tentando tirar do PDS uma proposta de tirar do PDS e colocar como comunidade quilombola novamente e colocar de novo essa questão da eleição que tem que ser acertada, dai por isso que teve essa conversa hoje que e pra chegar num consenso, num sei como vai ser posteriormente mas a proposta e que arrume no estatuto essas questões e posteriormente ter uma nova eleição sem erro nenhum sem nenhuma falha pra depois não ter nenhuma contestação de ninguém.”

As questões políticas da comunidade podem ser observadas na fala do morador da comunidade. O TRQ Caçandoca tem muitas questões não resolvidas neste plano e que acabam por enfraquece-los na luta por seus direitos.

No ano de 2015 foi doada a área de terreno da Marinha para o quilombo Caçandoca conforme portaria 135:

Art. 1º - Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de área quilombola, o imóvel da União classificado como terreno de marinha e acrescido, com área de 336.740,85m², parte de um todo maior com 8.900.000 m², localizado no Território Quilombola da Caçandoca, município de Ubatuba, Estado de São Paulo, inscrito sob o RIP SIAPA nº 7209.0100101-43.

Na década de 1960, segundo o instituto Pólis (2013), cerca de 70 famílias moravam na região, reunindo 800 pessoas, em 2007 são 51 famílias³¹ e no ano de 2016 são 19 famílias.

6.2 Modo de vida – Ontem e Hoje

O modo de vida da comunidade quilombola da Caçandoca é um modo de vida caiçara, baseado na dependência da natureza e do conhecimento dos seus ciclos da lua, dos ventos e das marés que possibilitam realizar suas atividades de pesca e agricultura de roça da forma mais precisa possível, sempre conservando os recursos; na produção, sobretudo para subsistência, com uma reduzida acumulação de capital, voltada para a troca por produtos não produzidos; na importância dada ao trabalho familiar e nas relações de compadrio, através de mutirões.

Os mutirões são um fenômeno típico do campo em que os moradores de uma determinada região colaboram e compartilham com seus vizinhos a plantação, a colheita e o que se fizer necessário. Normalmente são acompanhados de uma festa onde se tem música e comida oferecidas pela família ajudada.

Na cultura caiçara, nas roças eram plantadas mandioca, para produção de farinha, feijão, arroz, cana de açúcar, café e milho e dentre as frutas, a principal era a banana. A carne de caça, a galinha caipira e o peixe ajudavam a compor a base alimentar da comunidade. Hoje, o forte é a produção de mandioca e banana, com a diminuição das áreas destinadas as roças. Segundo o morador³², sobre ter roça e animais para subsistência e a pesca:

“muito pouco assim, individualmente, em áreas pequenas nos quintais, mais não é mais como era antes que as famílias eram, isso era costume grande assim, cada um tinha sua roça e fazia as trocas dos alimentos. Hoje a realidade já é outra. [...] a parte da pesca é forte, a maioria é pescador e ate pra consumo próprio nossa cada um tem as suas redes e tal, a gente tinha um projeto do INCRA que foi comprado no cerco flutuante que acabo numa maré brava estragando o cerco, a gente fico sem cerco, mas a ideia e retomar com cerco que é uma atividade de cinco pessoas e que tem uma, a gente consegue pegar uma, captar um

³¹ Informação disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=45&data=25/02/2010>)

³² Morador entrevistado em 05/07/2014 pela autora.

grande numero de peixe e ai comercializa, né, então [...] as hortas são individuais porque a maioria tem uma horta no fundo do quintal e não uma roça mais como era antigamente, mas uma horta que tem alface, essas coisas de horta.”

A comunidade quando foi expulsa de seu território original na década de 1970, acabou por transformar um pouco seu modo de vida, muitos foram morar nos bairros litorâneos próximos, como o bairro da Maranduba e começaram a trabalhar como caseiros, pescadores ou mesmo na prefeitura, ficando a mercê do capital. Quando retornam, com a mudança das leis ambientais e a dificuldade de se ter roça, que era principalmente de banana e mandioca, pois não podia mais utilizar o sistema de pousio, começam a depender mais do turismo, principalmente com a construção de barracas na praia, o serviço de guias, cuidando de carros na praia (Figura 16), a venda de artesanatos e o trabalho nos condomínios da região, que acabam tendo uma importância maior na comunidade, explorando o potencial ecoturístico.

Figura 16 - Quilombo Caçandoca em época de feriado.



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

O morador expõe essas questões em:

“eu tenho uma barraca de artigos de praia, vendo biquínis, maios, artigos de praia [...] trabalho fora também [...] e durante os finais de semana e feriados eu trabalho na praia [...] fora o turismo né que é uma alternativa de renda mais rápida você vai lá, vende um produto ou cria uns negócio, uns carrinho que na agricultura, os antigos não teve muito essa questão das famílias a gente pegar porque hoje dificulta mais a gente ter que plantar a mandioca, depois esperar ela ficar boa.”

Em termos religiosos, a comunidade vive um sincretismo religioso muito forte, a igreja católica (Figuras 17 e 18) presente na comunidade é respeitada, inclusive pelos evangélicos, que também tem sua igreja (Figura 19).

Alguns de seus elementos decorativos e simbólicos fazem referencia as religiões afro-brasileiras. É comum as missas afro com cânticos. As principais festas do quilombo são a Festa do Divino Espírito Santo, Santana, São Benedito, São João, Santo Antônio, São Pedro (padroeiro dos pescadores), São Bom Jesus, Nossa Senhora do Carmo, São Gonçalo e da Nossa Senhora Aparecida (Figura 20).

Figura 17 - Igreja Católica



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

Figura 18 - Imagem do santuário com Nossa Senhora de Aparecida



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

Figura 19 - Congregação Cristã no Brasil



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

Figura 20 - Festa de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2015)

Sobre a presença da cultura quilombola e a preservação da memória, o morador diz

“é, caiu um pouco, logico né, com as passagens do ano, os jovens agora não conseguiram resgatar tanto como antigamente mas é forte, ainda tem capoeira aqui dentro sim, a gente só precisa fazer com que o jovem se interesse por isso. Mas tem capoeira, tem religião do candomblé, tem festa do divino espírito santo, tem as festinhas que tinha antigamente, os bate pé hoje já não tem muito mais.”

Os principais problemas identificados na comunidade referem-se ao transporte público, energia, comunicação, educação. Em relação ao transporte, é necessário fazer com que tenha ônibus de linha que chegue até a comunidade para que os moradores não tenham que pagar dois ônibus: o escolar e o de linha. Que tenha um ônibus com ligação a Caraguatatuba e outro para Ubatuba. Os ônibus não chegam até a comunidade em dias de chuva e também deve-se reabrir a escola, manter a acessibilidade da estrada, melhorando o caminho e fazendo manutenção periódica e saúde.

“ainda faltava as políticas publicas chegar aqui na comunidade. Que era o luz pra todos, que ainda não havia chegado e é, a própria FUNASA, que foi instituída pelo governo federal pra cuidar do saneamento básico

e tratamento de água e de esgoto e tal, não foi ainda contemplada, o GSAC que era feito pelo ministério da comunicação que era pra poder colocar uma internet gratuita aqui na comunidade aqui, veio numa condição muito precária e tal, os computadores todos usados, mas a gente sempre está buscando, tem algumas famílias que ainda não foram contempladas com a luz pra todos, a água ainda continua, dez famílias não foram contempladas porque a Luz pra todos veio nesse núcleo aqui mais fácil que é a orla da estrada mas tem umas famílias que moravam meio distantes, que moram distante da orla da estrada e que eles acabaram não fazendo o posteamento e levando até eles. A nossa luta é pra que isso possa se estender e levar até eles. Hoje eles pegam de terceiro assim, aqui tem o centro comunitário e aí tem uma família que puxou um cabo daqui de 300m metros e liga uma luz, uma televisãozinha na casa dele mas não é pra fazer o que ele precisa.” (Morador da comunidade)

Os principais projetos geradores de renda na comunidade são: apicultura, artesanato, ecoturismo, extração do suco da palmeira jussara, horta comunitária, confecção de instrumentos de percussão, maricultura, piscicultura.

6.3 Pressões sobre a comunidade

A maior parte da comunidade quilombola da Caçandoca (ver mapa anexo) encontra-se em Área Natural Tombada das Serras do Mar e Paranapiacaba (ANT)³³ e é administrada pelo CONDEPHAAT. A ANT foi criada, segundo o Artigo 2, tendo como características e o intuito de

O conjunto regional a ser tombado apresenta, ao lado de seu grande valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico, a condição de banco genético de natureza tropical, dotado de ecossistemas representativos em termos de fauna e flora, sendo também região capaz de funcionar como espaço serrano regulador para a manutenção das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da região litorânea e reverso imediato do Planalto Atlântico Paulista. A escarpa da Serra do Mar, que serviu no passado de refúgio climático

³³ Efetivada pela Resolução nº 40, de 06 de junho de 1985

para a floresta tropical úmida de encosta, exhibe hoje os últimos remanescentes da cobertura florestal original do Estado de São Paulo, fundamentais para a estabilidade das vertentes de altas declividades aí presentes, pouco vocacionadas para as atividades agropastoris em face da sua grande vulnerabilidade ecológica, sujeita que está aos maiores impactos pluviométricos conhecidos no país. O tombamento visa prioritariamente articular e consolidar as múltiplas iniciativas do poder público, que vem criando inúmeros parques, reservas e áreas protegidas ao longo desta faixa, do mais alto significado para a preservação da natureza e manutenção da qualidade ambiental.

Na interpretação de SCIFONI, que estuda a ANT, esta deve

funcionar como uma zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, bem como do Parque Estadual de Ilhabela, e compreende cerca de 1,3 milhão de hectares, abrangendo 44 municípios paulistas até os limites com os estados do Rio de Janeiro e Paraná (WWF/IEB, 2008). A sua área é delimitada, em vários trechos, pela cota 40 metros, estabelecendo assim uma zona de proteção para o Parque Estadual da Serra do Mar, que tem seu início, grosso modo, a partir da cota 100 metros. Entretanto, é importante ressaltar que este tombamento também abrange, além das encostas da Serra, trechos de planície litorânea, esporões, ilhas e morros isolados (SCIFONI, 2006, p.251)

Com base no artigo 9º da Resolução 40³⁴ que estabelece as diretrizes para a ANT, fica estabelecido, no que concerne ao uso do espaço, que:

1 – As instalações e propriedades particulares preexistentes na área, consentidas por comodato ou legalizadas de qualquer forma, serão mantidas na íntegra com suas funções originais, desde que não ampliem seus espaços usuais atuais e nem comprometam a cobertura vegetal remanescente. Os projetos de reforma, demolição, construção e mudança de usos, bem como futuras cessões de áreas em comodato, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Condephaat.

2 – As instalações públicas preexistentes na área, como torres de alta tensão, atalhos, estradas, reservatórios, equipamentos, edificações, etc, serão mantidas na íntegra com suas

34

funções originais, sendo que as futuras instalações ou ampliação das existentes na área serão motivo de considerações e apreciações entre o Condephaat e os demais órgãos envolvidos, com o parecer terminal deste Conselho, tendo em vista a necessidade de garantir a preservação dos patrimônios ambientais, bióticos paisagísticos.

3 – Por este instrumento fica proibida a retirada não autorizada previamente de terra ou rocha, assim como a predação da fauna e flora e a introdução de espécies exóticas, a fim de não modificar o “status” natural do conjunto de seres vivos que se inter- relacionam.

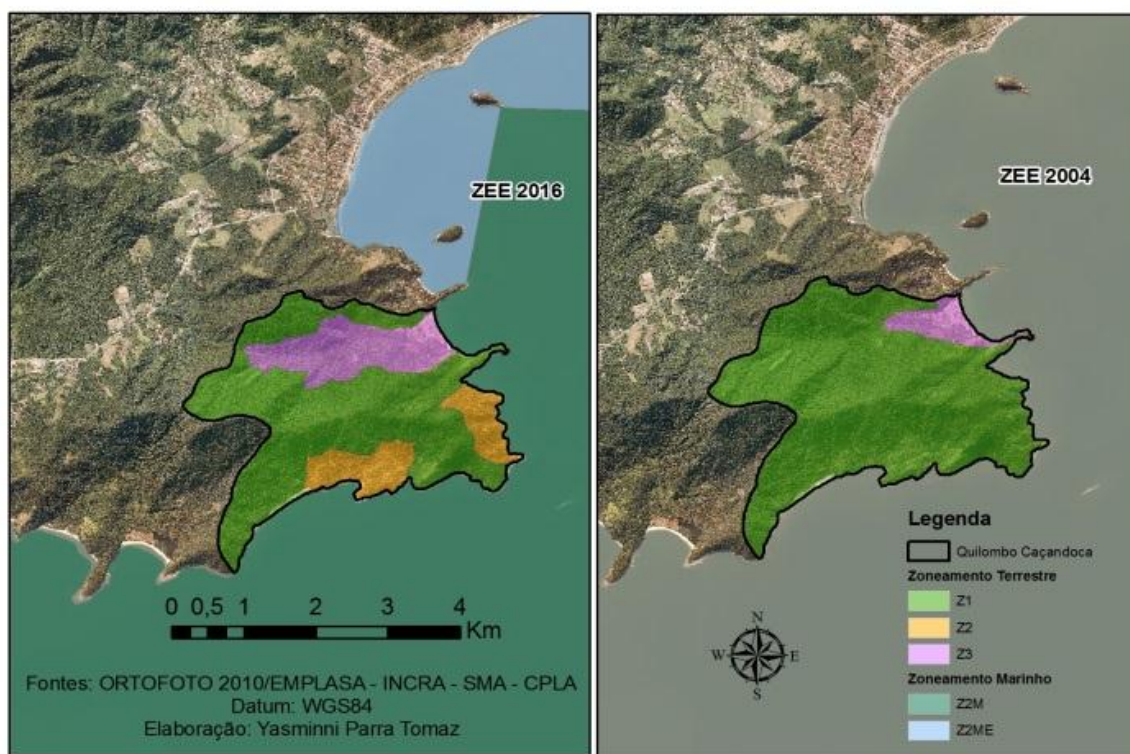
8 – Não serão toleradas novas instalações de indústrias, mineração ou outras atividades potencialmente poluidoras sem a prévia consulta ao Condephaat, nesta área.

11 – As áreas hoje ocupadas por atividades de agricultura de subsistência deverão ser objeto de cuidados especiais no sentido de garantir o exercício dessas atividades dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente. (Resolução 40, 1985, p.6)

Esse artigo limita a autonomia do quilombo na construção de casas ou na ampliação destas, na supressão de terras, na introdução de espécies exóticas, ficando sujeitas a aprovação do Condephaat, limitando o modo de vida da comunidade.

O Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte criado em 07/12/2004 pelo decreto 49.215 estabelece alguns zoneamentos terrestres na área, a zona 1 e a zona 3. Em 22/12/2016 foi aprovada a revisão deste zoneamento que altera as classes, incluindo a zona 2, conforme mapa 4.

Mapa 4 - Mapa do ZEE na Caçandoca



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Segundo o ZEELN/2004 as Zonas 1 e 3 tem critérios de enquadramento e metas, conforme quadro:

Tabela 3 - Quadro de zoneamento conforme o ZEE/2004

	Zonas	Crítérios de enquadramento	Metas
ZONA 1	Zona que mantém os ecossistemas primitivos em pleno equilíbrio ambiental, ocorrendo uma diversificada composição funcional capaz de manter de forma sustentada, uma comunidade de organismos balanceada e integrada e adaptada, podendo ocorrer atividades humanas de baixo efeito impactante.	<ul style="list-style-type: none"> - Ecossistema primitivo com funcionamento íntegro; - A Cobertura vegetal íntegra com menos de 5% de alteração; - Ausência de redes de comunicação local, acesso precário com predominância de trilhas, habitações isoladas e captação de água individual; - Ausência de cultura com mais de 1 há (total menor que 2%); - Elevadas declividades, (média acima 47%, com riscos de escorregamento); - Baixadas com drenagem complexa com alagamentos permanentes/freqüentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da integridade e da biodiversidade dos ecossistemas; - Manejo ambiental da fauna e flora; - Atividades educativas.
ZONA 2	Zona que apresenta alterações na organização funcional dos ecossistemas primitivos, mas capacitada para manter em equilíbrio uma comunidade de organismos em graus variados de diversidade, mesmo com a ocorrência de atividades humanas intermitentes ou de baixo impacto em áreas terrestres, a zona pode apresentar assentamentos humanos dispersos e pouco populosos, com pouca integração entre si.	<ul style="list-style-type: none"> - Ecossistema funcionalmente pouco modificado; - Cobertura vegetal alterada entre 5 e 20% da área total; - Assentamentos nucleados com acessos precários e baixos níveis de eletrificação e de caráter local; - Captação de água para abastecimento semicole ou para áreas urbanas; - Áreas ocupadas com culturas, entre 2 e 10% da área (roças e pastos); - Declividades entre 30 e 47%; - Baixadas com inundação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção funcional dos ecossistemas e proteção aos recursos hídricos para o abastecimento e para a produtividade primária, por meio de planejamento do uso, de conservação do solo e saneamento simplificado; - Recuperação natural; - Preservação do patrimônio paisagístico; - Reciclagem de resíduos; - Educação ambiental.
ZONA 3	Zona que apresenta os ecossistemas primitivos parcialmente modificados, com dificuldades de regeneração natural pela exploração ou supressão, ou substituição de alguns de seus componentes pela ocorrência em áreas de assentamentos humanos com maior integração entre si.	<ul style="list-style-type: none"> - Ecossistema primitivo parcialmente modificado; - Cobertura vegetal alterada ou desmatada entre 20 e 40%; - Assentamento com alguma infra-estrutura, interligado localmente (bairros rurais); - Culturas ocupando entre 10 e 20% da área; - Declividade menor que 30%; - Alagadiços eventuais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção das principais funções do ecossistema; - Saneamento e drenagem simplificados; - Reciclagem de resíduos; - Educação ambiental; - Recuperação induzida para controle da erosão; - Manejo integrado de bacias hidrográficas; - Zoneamento urbano, turístico e pesqueiro.

Organização: Yasminni Parra Tomaz

De acordo com o Decreto nº 49.215, de 07 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do litoral norte, as zonas criadas tem suas especificidades em relação a taxa de ocupação permitida. O quilombo Caçandoca, segundo revisão do ZEE de 2016, possui em sua área as seguintes zonas, 1, 2 e 3. A taxa de ocupação deve ser usada para

“a execução de edificações, obras complementares, acessos e instalação de equipamentos a fins, necessários ao desenvolvimento das atividades anteriormente descritas.” (Decreto 49.215, 2004) Na Z1 são admitidas até 10% da área total da propriedade para esses fins, na Z2, 20% e na Z3, 30% da área edificada. Sobre o zoneamento marinho na área da Caçandoca, versam os artigos 35, 36 e 37:

Artigo 35 - A delimitação da Zona 2 Marinha - Z2M considera, entre outras, isoladas ou conjuntamente, as seguintes características sócio-ambientais:

- I - estrutura abiótica alterada por atividades antrópicas;
- II - comunidade biológica em bom estado mas com perturbações estruturais e funcionais localizadas;
- III - existência de atividades de aquicultura de baixo impacto ambiental;
- IV - ocorrência de atividades de recreação de contato primário.

Artigo 36 - A gestão da Z2M deverá observar as seguintes diretrizes:

- I - manter a funcionalidade dos ecossistemas garantindo a conservação da diversidade biológica, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico;
- II - promover a manutenção e melhoria da qualidade das águas costeiras.

Artigo 37 - Na Z2M são permitidos além daqueles estabelecidos para a Z1M, os seguintes usos e atividades:

- I - pesca artesanal e amadora;
- II - aquicultura de baixo impacto;
- III - estruturas náuticas Classe I e II;
- IV - recifes artificiais;
- V - manejo sustentado de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovado pelos órgãos ambientais competentes. (Decreto 49.215, 2004)

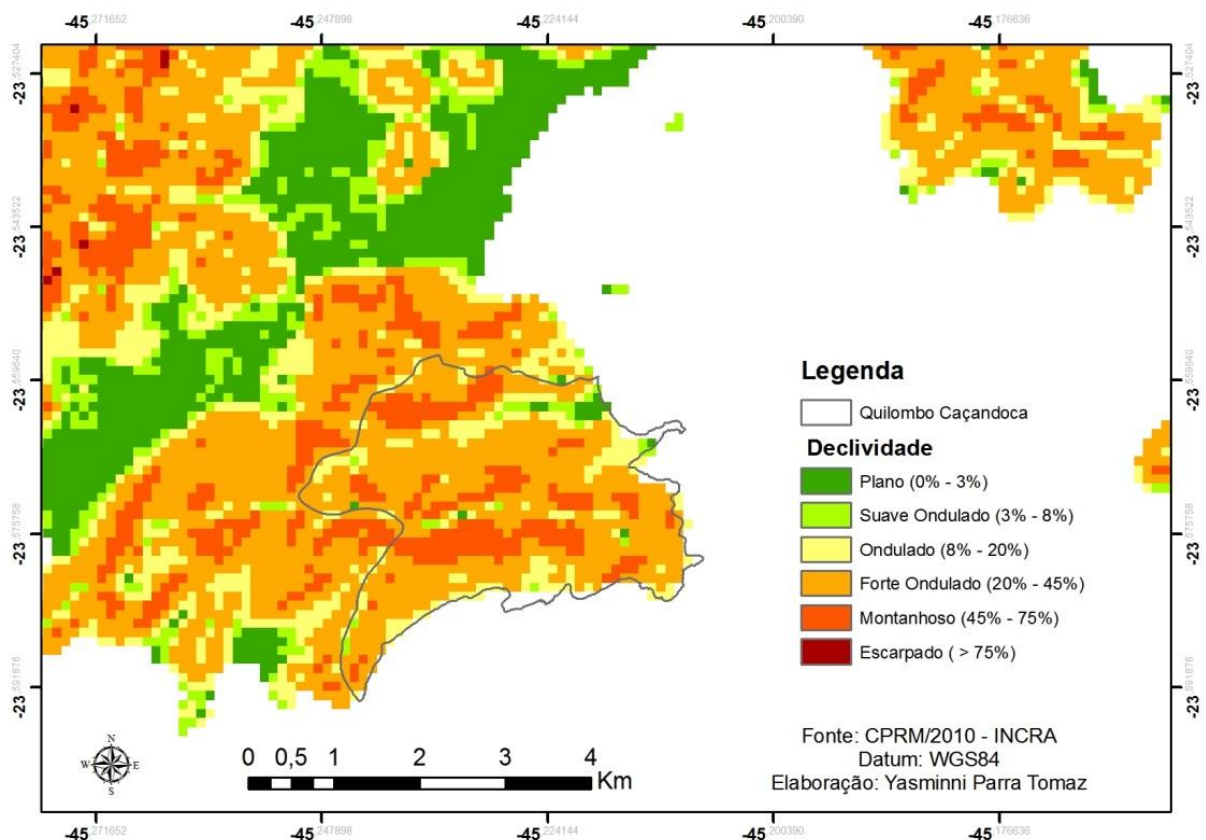
De acordo com o mapa, a área marinha do quilombo encontra-se na Z2M, onde são admitidas algumas práticas de baixo impacto como as praticadas pela comunidade, como a pesca.

A lei florestal 12.651/12 também prevê que as áreas com declividade entre 25° e 45° pratiquem manejo sustentável, conforme artigo 11, do capítulo III:

Em áreas de inclinação entre 25° e 45°, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agronômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.

Observando o mapa de declividade da Caçandoca (Mapa 5) é possível notar que boa parte da comunidade encontra-se em áreas com declividade entre 20% e 45%, que restringe bem o uso, conforme o artigo 11, capítulo III.

Mapa 5 - Mapa de Declividade



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Nas áreas de Uso Restrito: Declividade entre 25 e 45 graus ocorrem restrições para criação de roças ou manutenção das existentes e construção de casas, sendo necessário o aval

do Condephaat. A comunidade também possui diversas nascentes em seu território gerando várias áreas de preservação permanente de acordo com a lei 12.727/2012 e área da marinha, que desde 2015 é da comunidade, mas que restringiu as práticas da comunidade por vários anos, em que são restringidas algumas práticas. Com o estabelecimento da ANT em 1985, o ZEE e a criação das leis florestais nas ultimas décadas, quando a comunidade retorna ao quilombo, acaba tendo seu modo de vida alterado, pela diminuição das áreas de roças, passando a depender mais das atividades turísticas.

7 COMPARANDO SITUAÇÕES DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

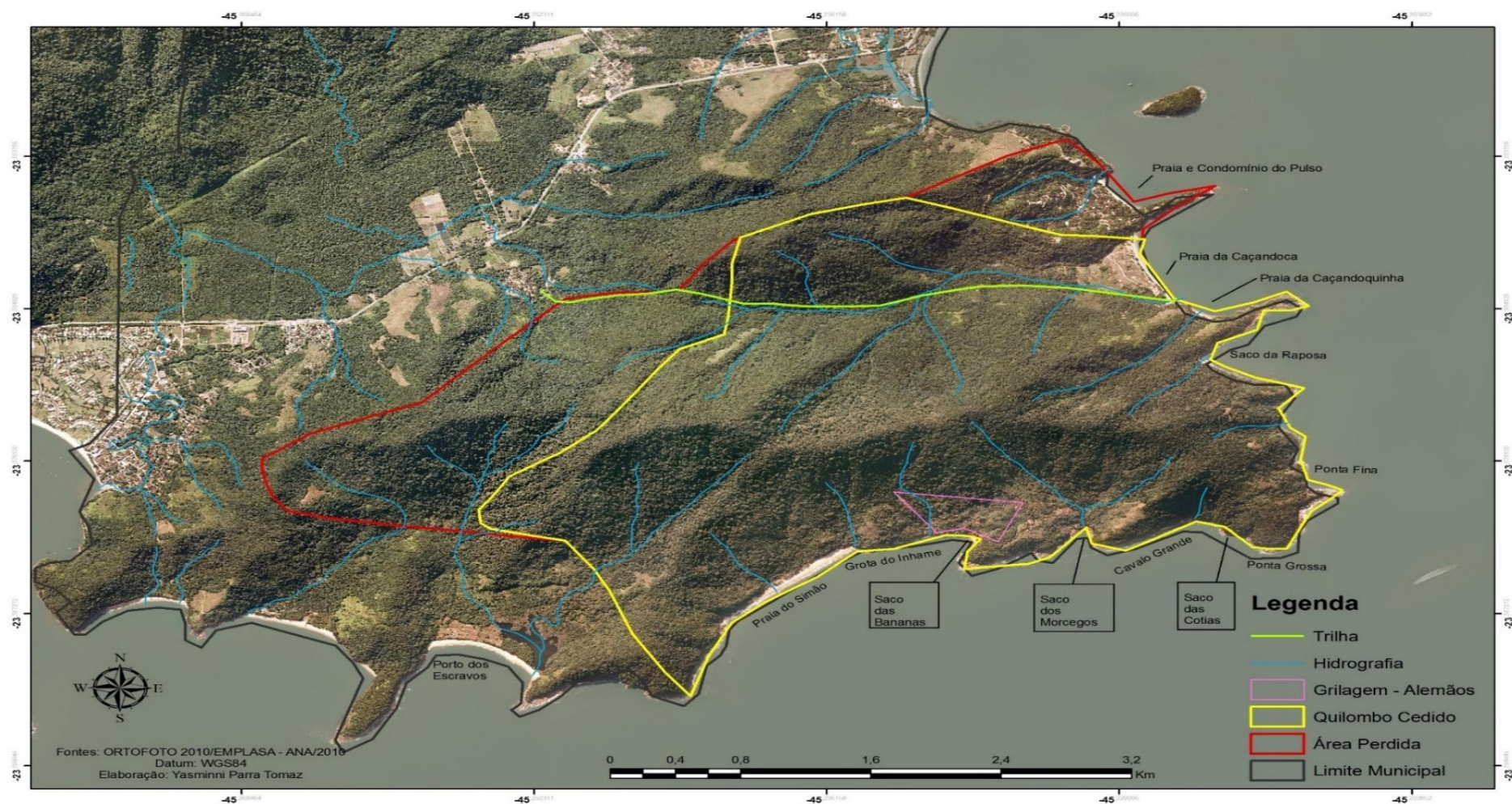
Neste capítulo iremos discutir os conflitos socioambientais a partir dos mapas participativos elaborados e que auxiliam no entendimento das questões, associando-as à teoria geográfica e as comunidades estudadas.

Nesta pesquisa pretendeu-se produzir um conjunto de mapas que auxiliasse no entendimento dos diferentes conflitos de zoneamento territorial. Como o estudo se desenvolveu em duas comunidades quilombolas, foi considerado pertinente o uso das técnicas da cartografia social participativa para que fosse possível compreender o território do ponto de vista das comunidades ao “ligar os atores e o território, construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão” (ACSELRAD, H; COLI, L. R., 2008, p.38)

A técnica do mapeamento participativo pode ser realizada nos quilombos da Fazenda e Caçandoca em datas diferentes e possibilitou o aprendizado das técnicas de mapeamento participativo e a instrumentalização das comunidades. Mas é necessário reconhecer as limitações das técnicas utilizadas em campo, pelo tempo de execução das atividades e o pouco contato anterior com a comunidade. No sertão da fazenda Picinguaba ainda não tinha tido nenhum contato anterior e na cartografia participativa o ideal seria que os próprios membros da comunidade coordenassem as atividades para que se apossassem dos mapas de forma plena. Faz-se necessário compreender que como estudante foi muito importante conhecer as técnicas e saber aplicá-las, mas o mapeamento participativo realizado trata-se de um esboço, uma primeira aproximação metodológica, apesar de muito importante na formação do geógrafo e da possibilidade de gerar frutos como um trabalho completo na Caçandoca e o uso do mapa pelo quilombo Sertão da Fazenda.

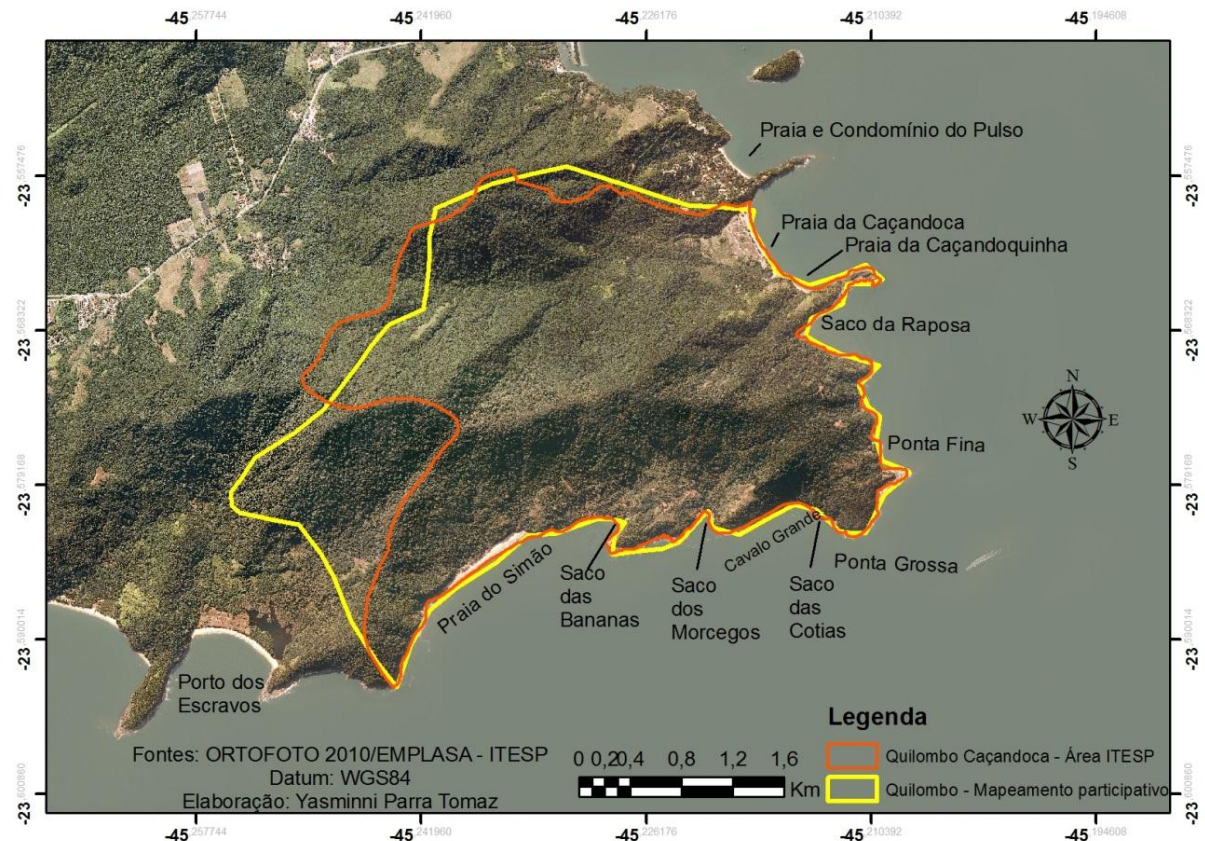
Os dois quilombos apresentam particularidades e semelhanças como território quilombola, essas características ficam visíveis no mapeamento participativo na medida em que expõem aspectos diferenciados a serem representados no mapa. Esta diferenciação diz respeito aos participantes da oficina. Na comunidade da Caçandoca, temos sobretudo um mapa (Mapa 6) que representa os conflitos territoriais da comunidade com as áreas subtraídas ao longo dos últimos anos a partir da grilagem de terras, tais como o condomínio do pulso, a identificação das praias e sacos que são os fatores mais representativos do mapeamento realizado na comunidade.

Mapa 6 - Mapa participativo - Caçandoca



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Mapa 7 - Diferença de limites



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

É interessante notar o quanto a área mapeada como atual TRQ da Caçandoca é parecida com a área mapeada na oficina (Mapa 7). A seguir resumimos os vetores de pressão das duas comunidades mapeadas.

A. O quilombo Caçandoca tem como vetores de pressão em seu modo de vida:

1. O ZEE do Litoral Norte em que se enquadra atualmente em Z1, Z2 e Z3 na revisão de 2016 e já foi Z1 e Z3 quando o ZEE foi estabelecido em 2004;
2. O fato de encontrar-se quase que em sua totalidade dentro da Área Natural Tombada da Serra do Mar e Paranapiacaba, criada em 1985 e o Tombamento ser uma medida de preservação e qualquer intervenção o Condephaat ter que ser consultado;
3. Suas muitas nascentes, que devem ser preservadas em um raio mínimo de 15 metros para áreas rurais consolidadas, conforme § 5º do artigo 61A da Lei 12.727 de 2012 e 50 metros nos demais casos conforme artigo 4 da Lei 12.651 de 2012;

4. O TRQ da Caçandoca também sofre as pressões por ser uma área de grande potencial turístico, cercada por dois condomínios, o Condomínio da Costa Verde em Tabatinga e o Condomínio da Praia do Pulso, que se encontra em área que era de uso quilombola antes das expulsões que aconteceram na região. A área do condomínio da Praia do Pulso atualmente não é reivindicada pela comunidade, sobretudo pela dependência de várias famílias, pois trabalham neste condomínio. De acordo com Schimitt,

A área do Pulso, de acordo com os documentos recuperados, não pertencia à Fazenda Caçandoca. No entanto, a convivência e os vários casamentos ocorridos estabeleceram laços entre aqueles grupos populacionais e, atualmente, o Pulso é considerado integrante do território histórico da comunidade quilombola. Ex-moradores do Pulso e seus descendentes também integram atualmente a Comunidade Quilombola da Caçandoca. (SCHIMITT, 2000, p.18)

O mapeamento participativo foi realizado na comunidade Quilombola da Caçandoca de forma diferente da projetada inicialmente. Não foi possível realizar todas as oficinas programadas como no quilombo Fazenda, pois houve um desencontro de informações. Foi feita apenas uma oficina com a imagem aérea em que o *seu* Antonio foi mapeando a área e compartilhando conosco histórias sobre a comunidade. Como um dos líderes da comunidade,

“eu falo *seu* Antonio porque ele foi o pioneiro que, ele não tá aqui hoje mas foi o que pleiteou o território quilombola, ele é uma liderança nossa assim muito respeitada” (Fala de um morador a respeito do *seu* Antonio)

ele demonstra grande conhecimento do território, tanto o atual quanto o antigo, referendando a oficina. Neste caso ele representa um informante qualificado nesta pesquisa.

O mapeamento participativo realizado na comunidade Quilombola da Fazenda foi realizado da forma prevista com as oficinas conforme relatado nos procedimentos metodológicos, com a realização das oficinas de mapa falado, fotografia aérea, GPS e desenho de croquis.

B - No quilombo Sertão da Fazenda foi possível notar os seguintes vetores de pressão:

1. O Parque Estadual da Serra do Mar que restringe e constrange o modo de vida da comunidade;

2. As multas impostas aos moradores que cometem crime ambiental ao abrirem novas roças;
3. A falta de acordo em relação a área e perímetro do quilombo;
4. Práticas de manejo agrícolas incompatíveis com UC, como coivara, queimadas, solo exposto, pousio;
5. Extração ilegal de palmito juçara e caça na área;
6. Alagamentos em decorrência do passivo ambiental da construção da rodovia Rio-Santos.

O quilombo Fazenda não tem um desenho definido e aprovado de seu território. Foram feitas várias propostas e acordos ao longo dos anos sobre as áreas que deveriam ser consideradas no TRQ do Sertão da Fazenda, em um acordo feito em 2010, a área prevista era esta (Mapa 8) sem a incorporação da área da praia. Em conversa com o vice-presidente da associação em 2016, foi possível notar que ainda não há um consenso entre a gestão do parque e a comunidade sobre o território quilombola e a associação fará uma nova empreitada para conseguir a titulação das terras.

Mapa 8 - Área do quilombo acordada em 2010

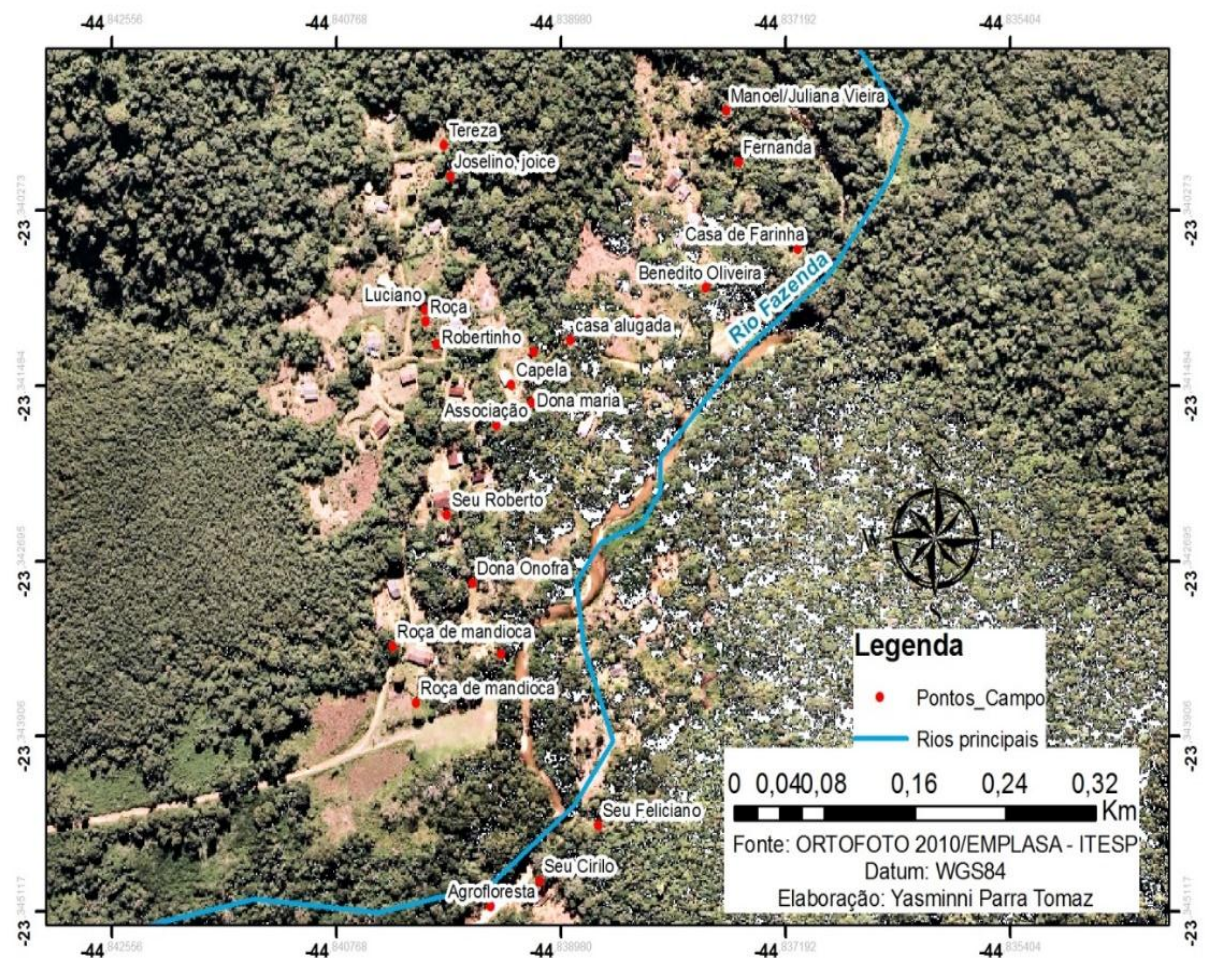


Fonte: M&P Consultoria e Estudos Ambientais Ltda (2013)

Mapa cedido por Marcos Melo que assessorou a comunidade na elaboração de um primeiro mapa do território.

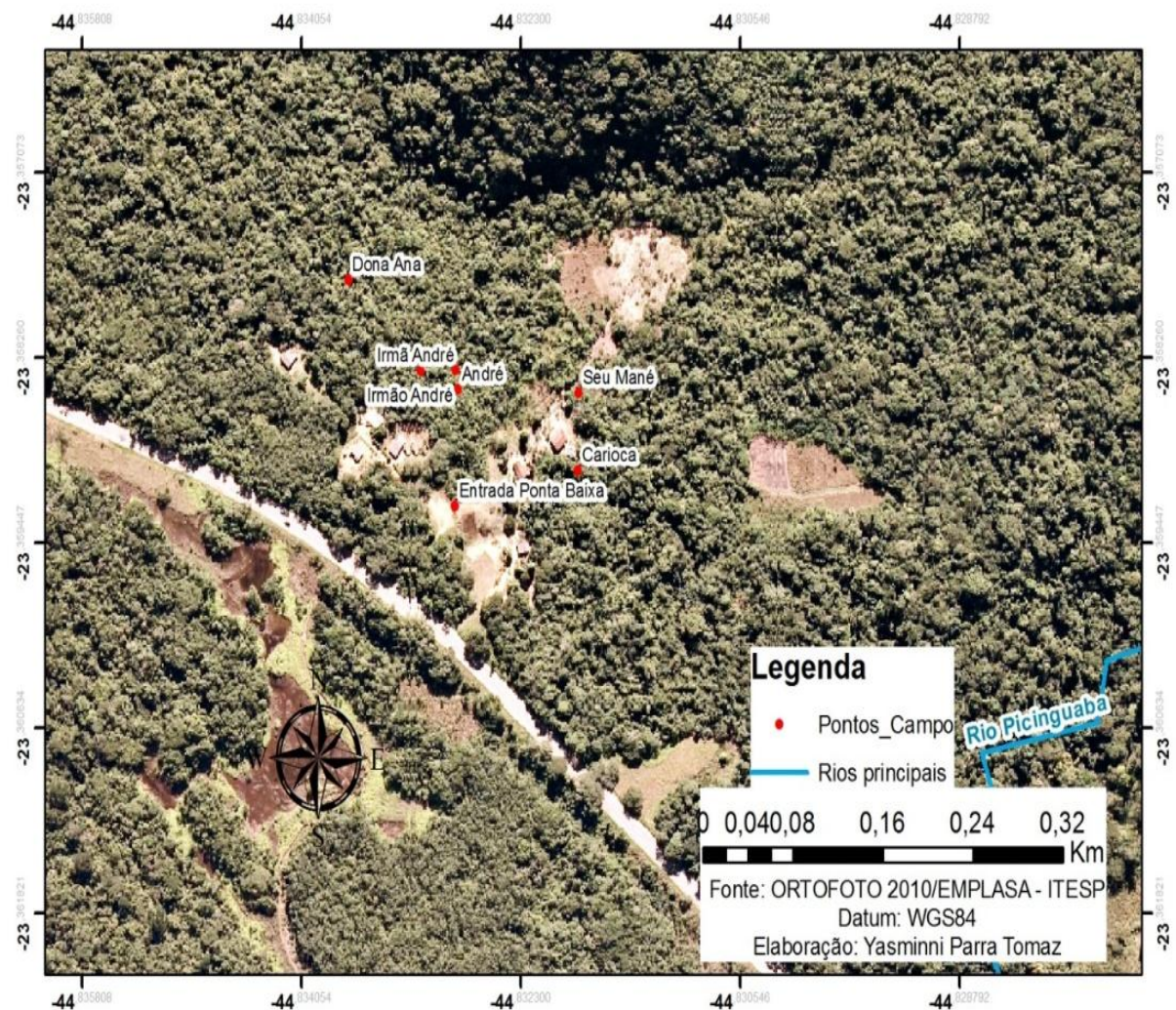
As oficinas de mapa falado na comunidade deram origem a alguns mapas a respeito do Quilombo Fazenda: Os mapas 9, 10 e 11 foram construídos baseado nas informações obtidas na oficina de Mapa Falado que foi a primeira oficina feita no Quilombo Fazenda e na oficina de GPS em que percorremos o território mapeando as casas e construções indicadas no mapa falado ou marcadas com o GPS. Apesar da escala reduzida do mapa em relação a área total do quilombo é interessante notar o adensamento das moradias ao redor do rio Fazenda. Esses mapas são representativos do quilombo na medida em que mostram estas moradias. Os mapas 9 e 10 são aproximações de duas áreas centrais do quilombo, o Sertão da Fazenda e a Ponta Baixa.

Mapa 9 - Mapa Falado – Zoom do Sertão da Fazenda



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

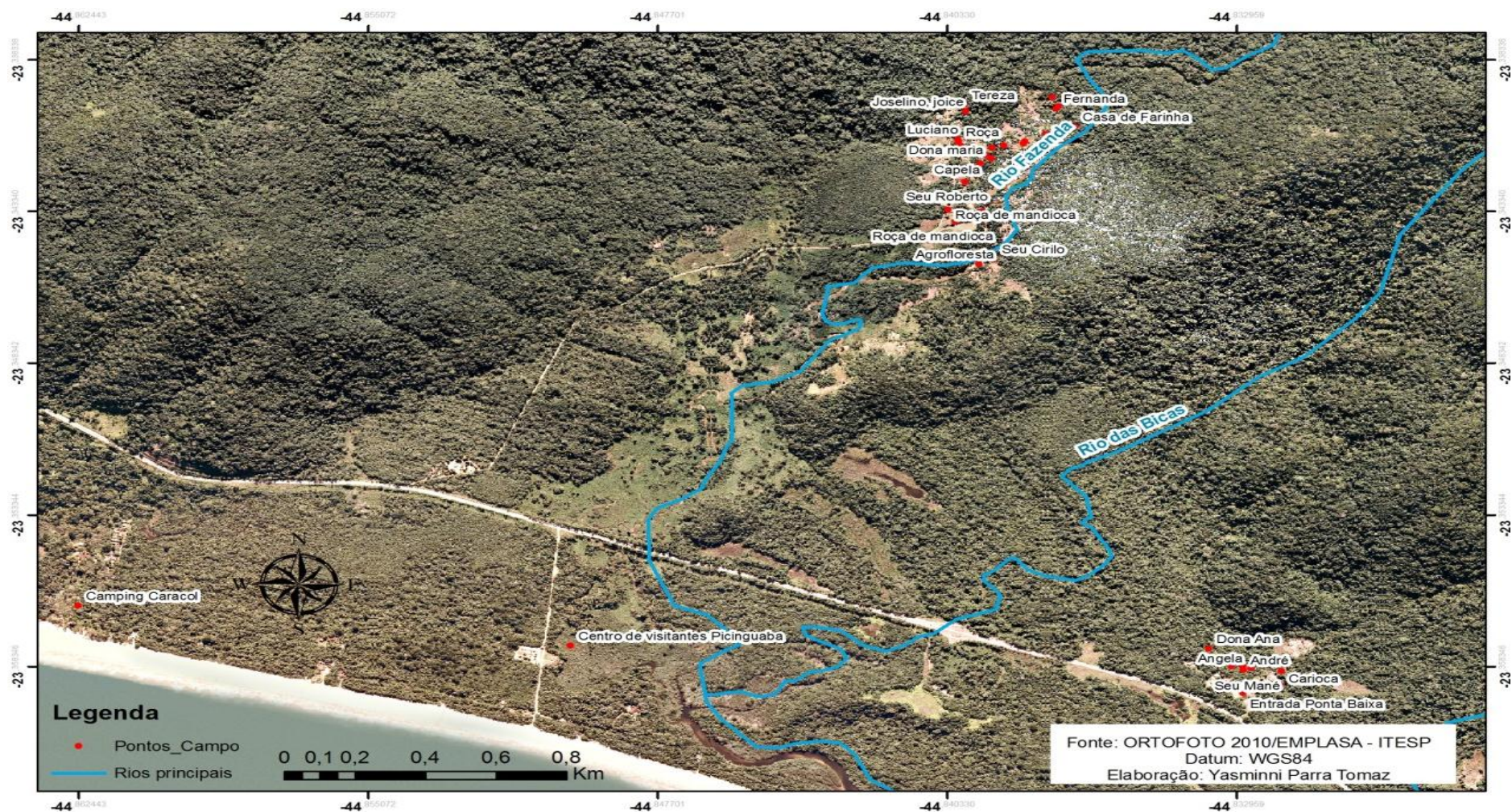
Mapa 10 - Mapa Falado – Zoom Ponta Baixa



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

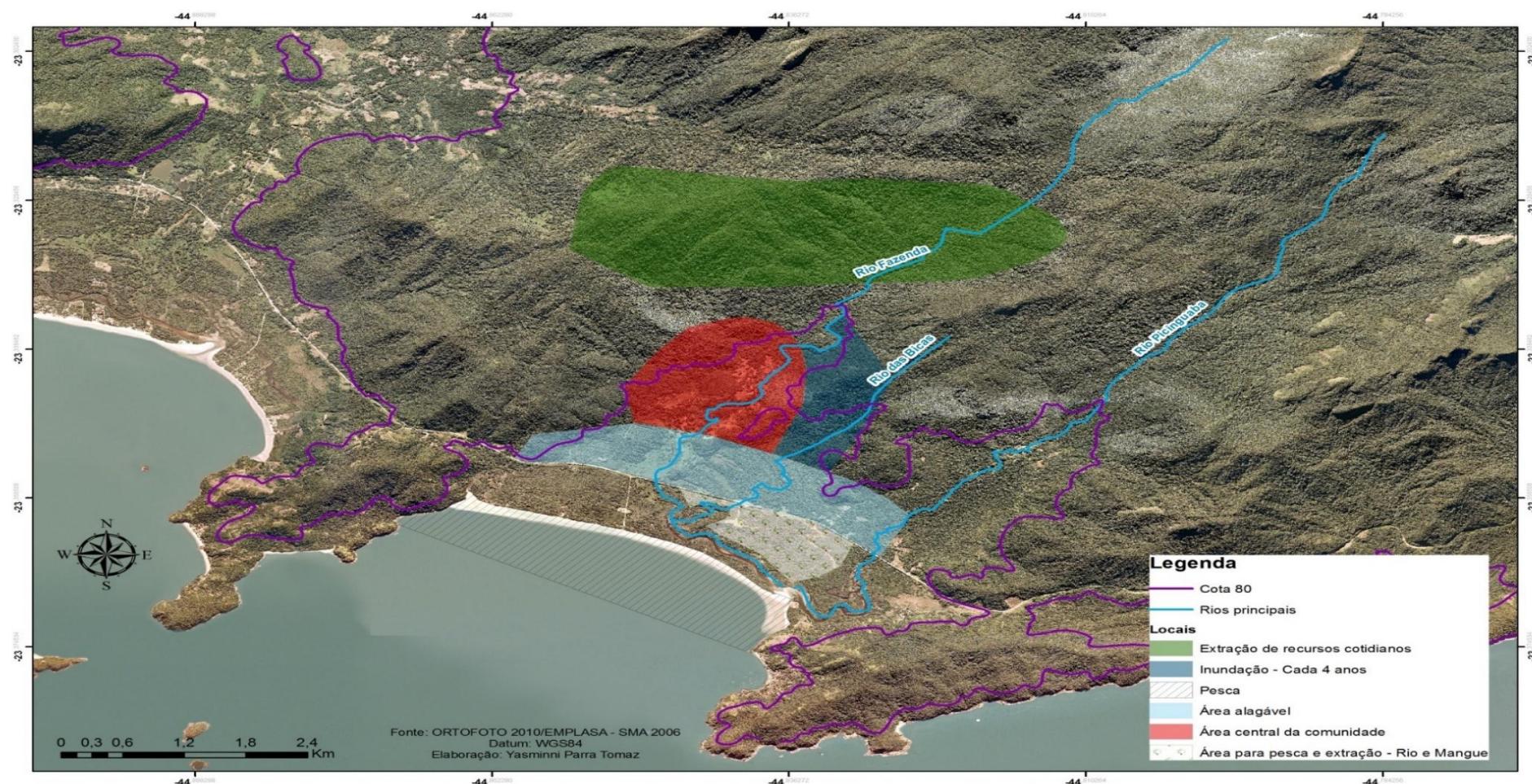
O mapa 12 traz as informações obtidas com a oficina de fotografia aérea onde é possível perceber passado e presente na medida que registra os locais de extração de recursos naturais utilizados no cotidiano: pesca, área para pesca e extração de rio e mangue que foram e alguns que ainda são utilizados pela comunidade, junto com informações que dizem respeito a vida na comunidade como a área alagável, a área que tem inundações recorrentes e a cota 80. No mapa 13 foram sobrepostas as áreas de Zona Histórico Cultural Antropológica e Ocupação temporária para que se pudesse perceber as áreas com ocupação reconhecidas como tradicionais pelo Plano de Manejo e as enquadradas como ocupação temporária, que em várias são áreas pertencentes ao TRQ e não áreas simplesmente ocupadas.

Mapa 11 - Mapa Falado



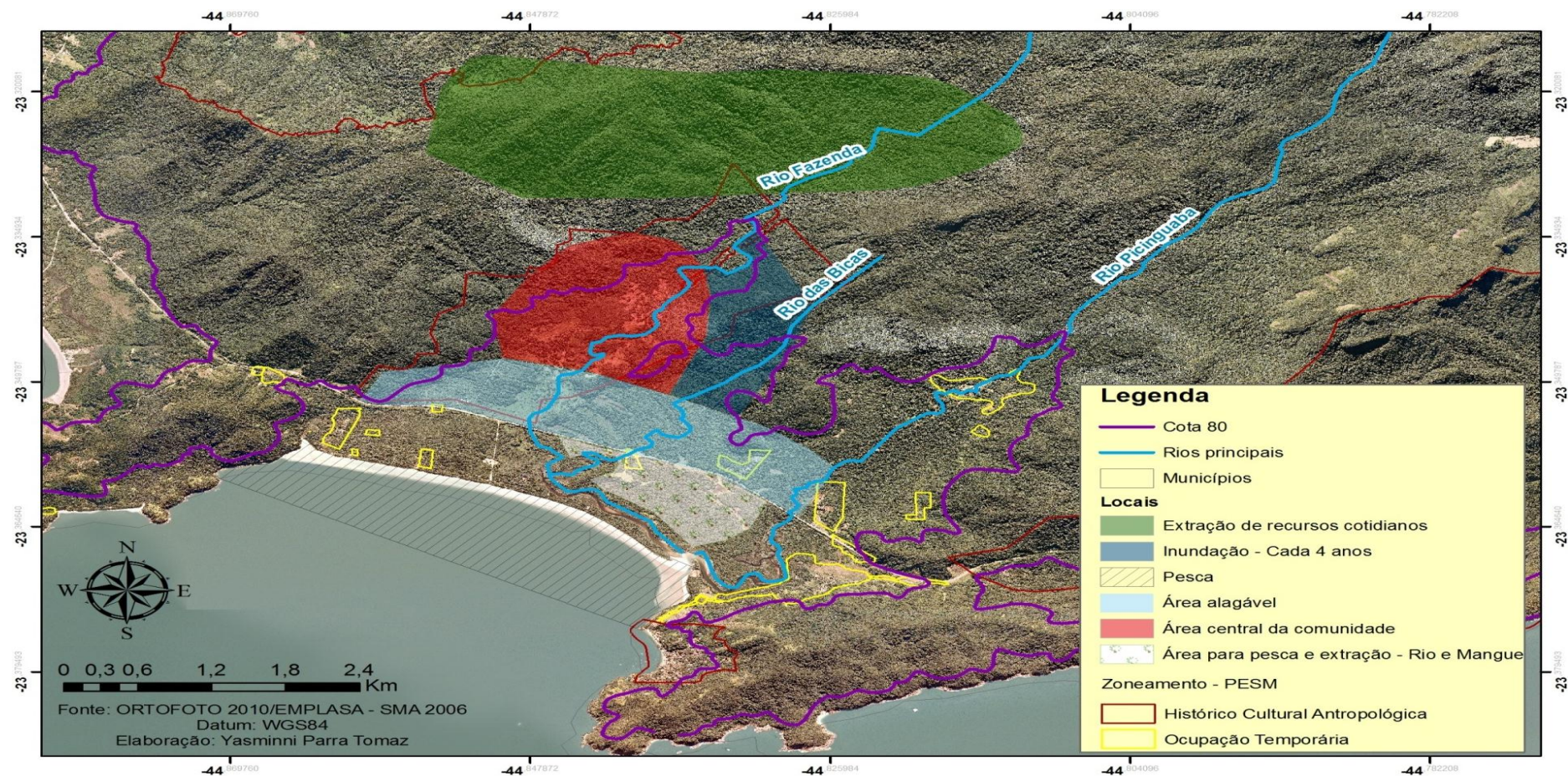
Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Mapa 12 - Mapeamento Participativo – Oficina da Ortofoto



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Mapa 13 - Mapeamento participativo e sobreposição do Zoneamento



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

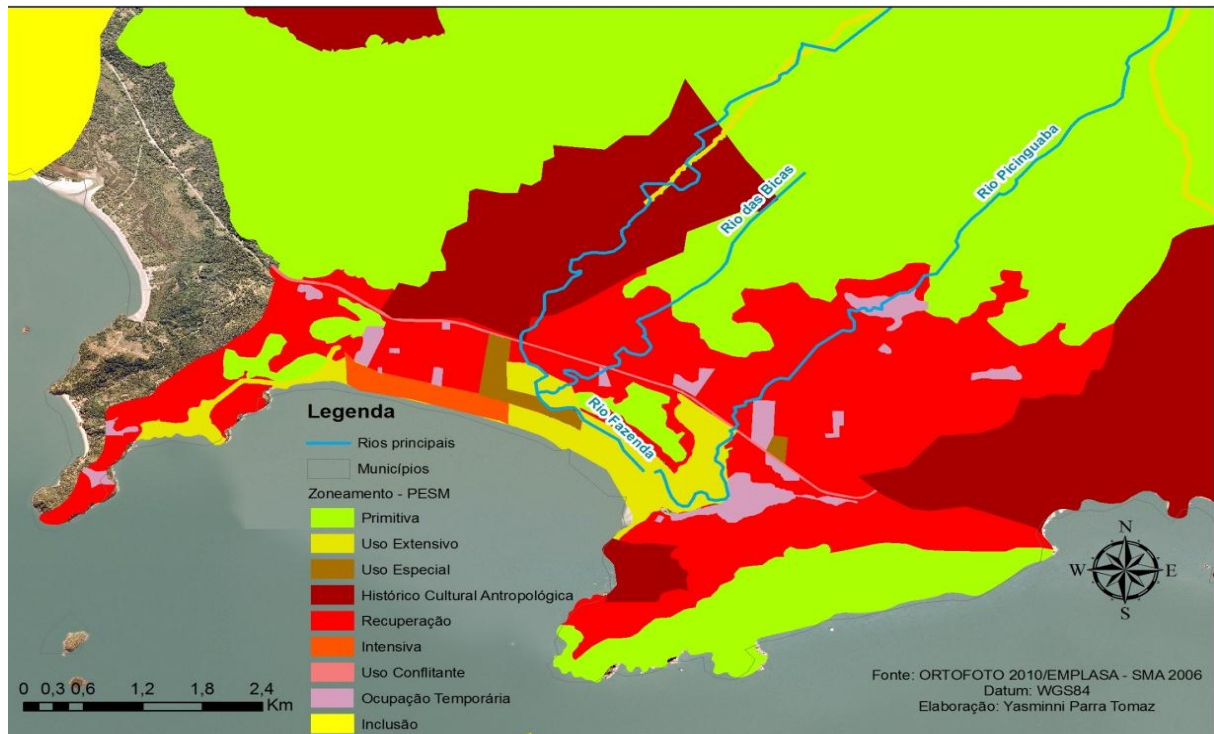
As comparações entre as comunidades serão feitas baseada nos seguintes aspectos: Zoneamento territorial, especulação imobiliária, leis florestais, apoio/não apoio governamental e vetores de pressão.

O zoneamento se dá de forma diferenciada nas duas comunidades, no quilombo Caçandoca, no zoneamento aprovado em 2016 são estabelecidas três zonas: 1, 2 e 3. Em relação a 2004 foi aumentada a Zona 3, incluída a zona 2 e diminuída a Zona 1. As zonas 2 e 3 possuem menos restrições que a 1, podendo ter até 20% e 30% de alteração da cobertura vegetal, respectivamente. No quilombo Fazenda a área da comunidade corresponde a Zona 1 – área especial, por estar dentro do PESM. Neste quilombo o zoneamento aplicado é o referente ao plano de manejo (2006) do parque (Mapa 14) em que a área do quilombo Fazenda pegaria trechos da Zona Histórico Cultural Antropológica, em recuperação, ocupação temporária, primitiva e uso extensivo. Áreas como Areia, Sertão do Cubatã e Ponta Baixa foram consideradas como ocupação temporária e estes ocupantes são sujeitos a uma serie maior ainda de restrições, conforme Simões,

Os ocupantes enquadrados como temporários foram excluídos de um conjunto de benefícios, como a possibilidade de instalação de energia elétrica (exceto em casos considerados especiais pelos gestores), expansão das áreas ocupadas e reformas voluntárias nas edificações já existentes, estando sob restrições de uso dos recursos e ocupação que se limitam à possibilidade de manter o uso já existente a partir da implantação do Parque (roças, criação de animais, edificações), sem a possibilidade de expandir. Podem ser autorizados a efetuar reparos, trocas de estruturas e implantação de sistemas de saneamento, com o objetivo de impedir desmoronamentos ou melhorar as condições de salubridade da ocupação. Prevê-se que essas atividades sejam reguladas a partir da formulação de Termos de Compromisso individuais entre cada família ocupante e o órgão gestor. (SIMÕES, 2010, p.54)

Caso o quilombo Fazenda sofresse desafetação do parque, de acordo com o ZEE a sua área em virtude da preservação passaria a Zona 01, sofrendo também limitações em relação ao manejo da terra e a porcentagem de área utilizada que é de 10%. Esta área também pode ser alterada em revisões futuras do ZEE.

Mapa 14 - Zoneamento do PESH na área do Quilombo



Fonte: Yasminni Parra Tomaz (2017)

Em relação a especulação imobiliária, no caso da Caçandoca, devido ao seu relativo isolamento e praias muito bonitas e cobiçadas, desde que a BR 101 foi construída é alvo de ações de grileiros e empresas que tentaram e em muitos casos conseguiram adentrar o território, como o caso de terras com propriedades de estrangeiros e a área do condomínio do Pulso, construído pela Urbanizadora Continental. No quilombo Fazenda, que historicamente era constituído da Praia da Fazenda, a especulação imobiliária decorrente da rodovia não chegou a se consolidar como uma forte ameaça ao quilombo justamente pela criação do Parque que passou a fiscalizar a área e estabelecer regras mais rígidas. Na década anterior ao parque aumentava-se o número de posseiros e de casas de veraneio na região, mas ainda eram sobretudo caiçaras. Muitos moradores do quilombo Fazenda reconhecem que o parque ajudou a conter a especulação imobiliária na região. É, na teoria mais fácil pleitear o território em que apenas o estado se coloca como dono do que pleitear um território em que há muitos envolvidos, como no caso da Caçandoca em que há empresas, grileiros, pessoas com título, por isso a luta pela titulação no caso Caçandoca se deu de forma diferenciada da que se dá atualmente, em 2017, pelo quilombo Fazenda, pois no primeiro caso eram muitos os agentes que disputavam o território quilombola, estabelecido desde o fim da fazenda, como visto na história deste quilombo. Foram muitas as pressões e expulsões do seu território que acabaram

por dar origem ao quilombo tal qual é hoje. No caso do Quilombo Fazenda sempre que é considerada a desafetação do parque é considerado a possibilidade de se ter um incremento de posseiros na região e o aumento de caçadores e extratores ilegais de palmito. Além da questão da titularidade da área, a especulação imobiliária acarreta outras questões como ocupações irregulares e em áreas preservadas estabelecidas no código florestal.

As leis florestais a princípio parecem que só dizem respeito ao Quilombo Caçandoca pois este não é uma área de Proteção Integral estabelecida no SNUC, mas elas devem ser seguidas de forma igualitária pelas duas comunidades. No caso do Quilombo Fazenda as leis florestais são sobrepostas ao estabelecido no plano de manejo do parque, gerando restrições maiores, baseadas no PUT e no zoneamento do quilombo, em que o PESM limita a comunidade em relação a construção de novas edificações, novas roças, proibição da extração de mariscos e da pesca, multando os moradores que não estejam em conformidade.

Caso a área do TRQ da Fazenda seja desafetada as leis florestais continuariam atuando na comunidade. As leis florestais restringem muitas vezes o modo de vida das comunidades, transformando-os. No caso da Caçandoca a economia voltou-se mais para as atividades turísticas e no caso da Fazenda nota-se que o turismo vem aumentando em importância para a comunidade. Simões acrescenta,

Salienta-se que, de modo geral, as atividades econômicas tradicionais desses residentes, tendo em vista a legislação vigente, sobretudo desde a implantação do Parque, ou seja, de 1985 até aproximadamente 2004, não puderam ser mantidas da mesma forma que originalmente. Esse fato, aliado à forte pressão da especulação imobiliária, estimulou que muitos caiçaras vendessem suas terras como único vislumbre de renda alternativa, deslocando-se para a encosta, sujeitando-se a riscos de escorregamento, gerando uma expansão desordenada da área de ocupação e aumentando a degradação da floresta e dos mananciais e cursos d'água. (SIMÕES, 2010, p.59)

Estas questões fizeram com que muitos moradores do Quilombo da Fazenda acabassem integrando-se ao mercado de trabalho do turismo e outros serviços. Os moradores acabaram deixando suas casas quando não foram obrigados a sair, pelo parque, recebendo uma indenização bem abaixo do valor da área e teve muitos que não receberam. No caso da comunidade da Caçandoca a expulsão dos moradores se deu de modo direto, com a invasão de suas terras na década de 1980, mas eles puderam retornar quando foram reconhecidos como quilombolas, mesmo que com novas pressões. As comunidades devem receber apoio governamental, da academia e da população em geral, pois mostram que é possível que ocorra

a preservação dessas áreas que se querem proteger com essas populações tradicionais que com seu modo de vida ajudam a preservar as florestas.

Uma das razões mais importantes para se manter essas populações tradicionais em áreas protegidas: fazer com que elas possam absorver, de maneira mais adequada, as mudanças sócio-culturais provindas da sociedade mais ampla, a tecnológica e industrial. Esse fator de amortecimento daria mais tempo e oportunidade a essas populações para recriarem, de forma dinâmica, suas relações com a natureza, em virtude das mudanças vindas de fora. (DIEGUES, 2008, p. 103-104)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, foi possível constatar em trabalho de campo, nas conversas com os moradores as inúmeras pressões aos quais são submetidos, com a diminuição das áreas de roças, a proibição das técnicas de cultivo antigas como a coivara, a rotação de culturas e o pousio, as dificuldades de se conseguir autorização para plantar no tempo certo da cultura dos produtos, ou mesmo reformas ou construções de novas moradias, no caso da Comunidade Remanescente do Quilombo Fazenda. Mesmo com o zoneamento territorial previsto no Plano de Manejo e no Plano de Uso, suas formas de vida vêm sendo alteradas afetando a qualidade de vida dos moradores e comprometendo aspectos da cultura quilombola.

Pensar sobre o futuro da área é analisar todas estas questões e ver o que a comunidade deseja, a partir daí estudos acadêmicos podem construir parcerias que busquem promover estes objetivos e a construção de ferramentas de uso e gestão do território. A cartografia participativa tem se revelado um importante instrumento de luta nessa ação compartilhada. Trata-se de uma análise espacial contra hegemônica que pode auxiliar nos conflitos territoriais. A academia pode acompanhar o desenvolvimento das ações na comunidade e o diálogo entre o poder público e os moradores, mediando esta relação para que acolha as necessidades das populações tradicionais.

Quando se faz uma pesquisa com povos tradicionais é sempre importante pensar nos resultados que serão deixados as comunidades estudadas. Desde o primeiro dia em campo nos comprometemos com sua história, com os interesses e resultados da pesquisa. É com prazer que este trabalho será entregue a eles. Foi muito importante no meu caminho acadêmico poder realizar esta pesquisa. É possível visualizar outros caminhos que ela pode seguir, como outras pesquisas sobre os dois quilombos, principalmente a partir da perspectiva do mapeamento participativo.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri et al (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Ippur/ufrj, 2008. Disponível em: <<http://www.ettern.ippur.ufrj.br/publicacoes/58/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

ADAMS, Cristina et al. Coivara: Cultivo itinerante na floresta tropical. 2012. Disponível em: < http://www.academia.edu/2034612/Coivara_cultivo_itinerante_na_floresta_tropical >. Acesso em: 20 jan. 2017.

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M.. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? 2006. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2017.

ANDRADE, Anna Maria de Castro. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo da fazenda Ubatuba / São Paulo**. São Paulo: S.n., 2007. 65 p.

ÂNGELO SERPA (São Paulo). O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. 2006. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2017.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações Tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf> >. Acesso em: 19 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm >. Acesso em 13 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 49.215, de 07 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20041208&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>>. Acesso em 09 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 13 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 20 fev. 2017.

CHAPIN, Mac. Proyectos de mapeo: identificación de obstáculos y hallazgo de soluciones. Aprendizaje y Acción Participativos, n. 54, 6 f. 2006. Disponível em: <http://www.spore-subs.org/pla54/docs/sp/PLA54_Spa_ch12.pdf> Acesso em 15 jan. 2017.

Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (Org.). Relatório de situação dos recursos hídricos do litoral norte 2015. 2015. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/ckfinder/files/03-LN-Relatorio_Situacao_ano_base_2014.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CONDEPHAAT. RES. SC 40/85. 1985. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/db122_RES.SC_N_40_-_Area_da_Serra_do_Mar_e_Paranapiacaba.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Convênio Petrobras Instituto Pólis (Org.). Relatório nº 6 Diagnóstico Urbano Socioambiental. Município de Ubatuba. 2013. Disponível em: <http://litoralsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2013/04/1.-Ubatuba_19.03.13.pdf> Acesso em: 13 jan. 2017.

COSTA, Ana Carolina Estrela da. **Terras de Quilombos:** Comunidade Quilombola de Caçandoca. Belo Horizonte: Fafich, 2016. 16 p. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_cacandoca-sp.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasil, 19 ago. 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=71&data=19/08/2015>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada.** Brasil: Annablume Editora, 2004. 170 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana; NOGARA, Paulo. **Nosso Lugar Virou Parque.** Brasil: Hucitec Nupaub, 2005.

FERNANDES, Wellington de Oliveira. **Mapeamento Participativo na Cartografia: Discussão sobre experiências de aplicação dessa metodologia a partir da Cartografia Social.** 2013. 80 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade de São Paulo, Departamento de geografia, 2013. No prelo.

Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 98: 26 de novembro de 2007. 2007. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

FURLAN, Sueli Ângelo. **Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade.** 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/85/84>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Gerenciamento Costeiro (Org.). **Zoneamento Ecológico-Econômico: Setor Costeiro do Litoral Norte.** 2016. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cpla/2016/09/Errata_Material_consulta_publica.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

INVENÇÕES Democráticas no Quilombo. Direção de David Calderoni. S.i.: Fapesp, 2011. (36 min.), son., color. Disponível em: <<https://vimeo.com/24629934>>. Acesso em: 08 out. 2016.

KAISER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo**. 2006. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2017.

LACOSTE, Yves. **A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos**. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2017.

LÚCIO, Igor. **Princípios Geográficos**. 2010. Disponível em: <<http://geografiapraquemnaosabia.blogspot.com.br/2010/03/principios-geograficos.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, June 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 17 nov. 2016.

M&P CONSULTORIA E ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. **Proposta para elaboração de estudos necessários à revisão de limites em unidade de conservação de proteção integral, em razão do quilombo da fazenda do núcleo Picinguaba, no Parque Estadual Serra do Mar**. [s.l.]: no Prelo, 2013.

MARCHETTI, Fábio Frattini. **Alternativas de subsistência da comunidade Caiçara/Quilombola do sertão da fazenda, no núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba-SP**. 2009. 67 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado e licenciatura - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/119812> >. Acesso em 10 mar. 2017.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante**. 2006. Disponível em: <

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2017.

MINAS, Egléia Adalgizo. **Registro E Preservação Cultural: Fazeres E Saberes Da Comunidade Remanescente Do Quilombo Da Caçandoca - Litoral Norte/SP**. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Ambientais, Universidade Camilo Castelo Branco, Fernandópolis, 2015. Disponível em: < <http://universidadebrasil.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/11/Registro-e-preservacao-cultural-fazeres-e-saberes-da-comunidade-remanescente-do-Quilombo-da-Caçandoca---Litoral-NorteSP.pdf?x12988> >. Acesso em: 10 fev. 2017.

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia - Itatins/SP**. 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Física, Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: < <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/nunesm.pdf> >. Acesso em: 20 fev. 2017.

QUILOMBO DA FAZENDA (Org.). **A história**. 2011. Disponível em: < http://www.quilombodafazenda.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=66:a-historia&catid=47:historia >. Acesso em: 02 fev. 2017.

QUILOMBO DA FAZENDA (Org.). **Um pouco de história do quilombo para você!**. 2010. Disponível em: < http://quilombodafazenda.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=61 >. Acesso em: 02 fev. 2017.

SANTOS, Kátia M. Pacheco dos; TATTO, Nilto (Ed.). **Agenda Socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 193 p.

SÃO PAULO. Incra. Superintendência Regional de São Paulo - Sr(08)sp (Comp.). **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. 2014. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao/2013/rg_2013_sr-08_sp.pdf >. Acesso em: 16 dez. 2016.

SARTORELLO, Ricardo. **Ilhas do litoral norte do estado de São Paulo: paisagem e conservação**. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-19072010-135902/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambient. soc.**, Campinas, n. 10, p. 129-136, jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2016.

SCHMITT, Alessandra. **Relatório Técnico-Científico Sobre A Comunidade De Quilombo Da Caçandoca, Município De Ubatuba/São Paulo**. 2000. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes rtc/RTC_Cacandoca.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.8.2006.tde-27122006-104748. Acesso em: 20 fev. 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA). **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**. Secretária do meio ambiente, Instituto Florestal, Divisão de reservas e parques estaduais. São Paulo: SMA, 2006, 441p. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/plano-de-manejo-pe-serra-do-mar/>> Acesso em: 14 fev. 2017

SILVA, Simone Rezende da. **NEGROS NA MATA ATLÂNTICA, TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**. 2008. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-27112008-170206/pt-br.php>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SIMÕES, Eliane. **O dilema das decisões sobre populações humanas em Parques: Jogo compartilhado entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba**. 2010. 405 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ifch, Universidade de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280532>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SIMÕES, Eliane; NAVARRO, Flávia Cysne Suárez (Org.). **A caminho do mar II: Um projeto de saneamento, educação e saúde no sertão da fazenda**. Ubatuba: Páginas & Letras, 2012. 66 p.

SOUZA, Társio Magalhães Tognon Vieira de. **CARTOGRAFIA E APRENDIZAGEM SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS RIBEIRÃO GRANDE E TERRA SECA, BARRA DO TURVO/SP**. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2016.

WEIS, Bruno. **Quilombolas de Caçandoca, no litoral paulista, podem perder terra para imobiliária**. 2005. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1998>>. Acesso em: 08 10. 2016.

APÊNDICE A – Questionário

1. Seu nome: _____
2. Idade: ____
3. Religião: _____
4. Quantas pessoas moram na residência? ____
5. Quais as idades das outras pessoas da residência: _____
6. Os integrantes da família trabalham fora? Quantos? Onde?
7. Qual a fonte de renda da família:

<input type="checkbox"/>	Venda de animais	<input type="checkbox"/>	Diarista	<input type="checkbox"/>	Trabalho na prefeitura
<input type="checkbox"/>	Trabalho em outro lugar	<input type="checkbox"/>	Bolsa-escola	<input type="checkbox"/>	Bolsa-família
<input type="checkbox"/>	Renda cidadã	<input type="checkbox"/>	Turismo	<input type="checkbox"/>	Artesanato
<input type="checkbox"/>	Manejo do palmito	<input type="checkbox"/>	Venda de excedentes, quais?		

8. O que planta na roça?
9. Que técnica de cultivo usa? Pousio? Coivara? Fale um pouco sobre a proibição do uso do fogo?
10. Usa adubo químico? Agrotóxicos? Quais são as Pragas recorrentes?
11. Quais são as árvores frutíferas que vocês plantam ou coletam?
12. Quais são as plantas medicinais que vocês plantam ou coletam?
13. Quais animais vocês criam?
14. Quais recursos florestais vocês extraem, coletam da área de uso sustentável?
15. Usam desses produtos para produzir artesanato?
16. Vocês fazem manejo do palmito? Vendem? Que subprodutos tiram disso?
17. Vocês comercializam os excedentes da produção? Quais produtos?
18. Voces conseguem se manter só com o que produzem e extraem da terra? Voces compram produtos fora?
19. Como é sua relação com a praia da fazenda?
20. Voces pescam? Dentro da comunidade? Em outro lugar? Que peixes?
21. Voces caçam? Onde? O que? Caso não, perguntar se caçavam antes.
22. Quais são os papéis de cada um (homem, mulher, jovem, criança) nas atividades no quilombo?
23. Como é o cuidado da roça? Quem planta? Quem colhe?
24. Quais são as atividades de lazer que vocês praticam na comunidade? Vão a cidade? Quais são as manifestações culturais da comunidade?
25. Quais são as demandas atuais da comunidade?
26. Quais são os caminhos e estratégias que vocês irão tomar pra ter essas demandas atendidas?

27. Voce gostaria que a comunidade saísse do parque?
28. Como você vê a saída do parque e a especulação imobiliária?
29. Você propõe alguma solução para o impasse entre o parque e a comunidade?
30. Como é a relação com as outras comunidades quilombolas/tradicionais? Cambury, Caçandoca, etc.?
31. Gostaria de comentar algo que acha importante e não foi abordado no questionário?

MUITO

OBRIGADA!

APÊNDICE B – Questionário reformulado

1. QUAL O SEU NOME.
2. QUAL A SUA IDADE.
3. QUAL A SUA RELIGIÃO.
4. QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA CASA.
5. OS INTEGRANTES DA SUA FAMÍLIA TRABALHAM FORA? QUANTOS? FAZENDO O QUE?
6. VOCÊS TEM ROÇA? O QUE PLANTAM?
7. VOCÊS CONSEGUEM SE MANTER (SUSTENTAR) COM O QUE PRODUZEM OU COMPRAM FORA?
8. VOCÊS COMERCIALIZAM O QUE SOBRA, QUE NÃO É CONSUMIDO?
9. QUAL A IMPORTÂNCIA DA PESCA NA ALIMENTAÇÃO DE VOCÊS? VOCÊS MESMO QUE PESCAM? VOCÊS VENDEM PEIXE.
10. VOCÊS CAÇAM? O QUE? ex: SÃO PAULO
11. QUAL A BASE ALIMENTAR DE VOCÊS? O QUE VOCÊS COMEM SEMPRE? Arroz e feijão
12. QUAIS SÃO AS ATIVIDADES DE LAZER NA COMUNIDADE? QUAIS AS FESTAS DO QUILOMBO?
13. QUAIS SÃO AS NECESSIDADES ATUAIS DA COMUNIDADE? O QUE VOCÊS PRECISAM?
14. QUAL É O CAMINHO NECESSÁRIO PARA TER ESSAS NECESSIDADES ATINGIDAS?
15. COMO É A RELAÇÃO DE VOCÊS COM OUTRAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS COMO OS QUILOMBOIS DA FAZENDA ECAMBURY?

ANEXO A – Plano Sistematizador do Tombamento das Serras do Mar e Paranapiacaba - Folha Caraguatatuba

